

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - CAMPUS VII CODÓ/MA.
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS – HISTÓRIA

CLERISVALDO COSTA

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O MARANHÃO EM MEADOS DO SÉCULO XIX:
O CASO DA COLÔNIA PETRÓPOLIS EM CODÓ.

Codó/MA
JULHO/2018

CLERISVALDO COSTA

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O MARANHÃO EM MEADOS DO SÉCULO XIX:
O CASO DA COLÔNIA PETRÓPOLIS EM CODÓ.

Trabalho de conclusão de curso (TCC)
apresentado a Universidade Federal do Maranhão
– UFMA Campus VII - Codó, como parte dos
requisitos finais para obtenção do grau do Curso
de Licenciatura em Ciências Humanas/História.

Orientador (a): Prof. Dra. Liliane Faria Corrêa
Pinto

CODÓ/MA
JULHO/2018

COSTA, Clerisvaldo.

Imigração portuguesa para o Maranhão em meados do século XIX: : o caso da colônia Petrópolis em Codó / Clerisvaldo COSTA. - 2018.

50 f.

Orientador(a): Dra. Liliane Faria Corrêa Pinto.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - História, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2018.

1. Colônia. 2. Imigração. 3. Petrópolis. 4. Portugueses. I. Faria Corrêa Pinto, Dra. Liliane. II. Título.

CLERISVALDO COSTA

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O MARANHÃO EM MEADOS DO SÉCULO XIX:
O CASO DA COLÔNIA PETRÓPOLIS EM CODÓ.

Trabalho de conclusão de curso (TCC)
apresentado a Universidade Federal do Maranhão
- UFMA Campus VII - Codó, como parte dos
requisitos finais para obtenção do grau do Curso
de Licenciatura em Ciências Humanas/História.

Orientadora: Professora. Dra. Liliane Faria Corrêa
Pinto

Codó-MA, ___/___/2018.

BANCA EXAMINADORA:

Professora. Dra. Liliane Faria Corrêa Pinto (Orientadora)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Professor Dr. Dilmar Kistemacher (Avaliador 1)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Professor Dr. Maged Talaat Mohamed Ahmed Elgebaly (Avaliador 2)
UNIVERSIDADE DE ASSUAN

Ao Altíssimo, Onipotente e Bom Senhor.

AGRADECIMENTOS

Sou grato a Deus que me conduziu, sempre com paciência e carinho. Ele esteve comigo e com cada palavra, renovando minhas forças e confirmando meu triunfo. Nos momentos mais escuros dos meus dias e das minhas noites, Ele era a luz. Nas minhas horas mais sem sabor, Ele me lembrava que eu havia consagrado essa monografia à doçura eterna.

Sou grato à minha mãe Francisca das Chagas Costa. Sou grato por cada gota de suor derramada de seu rosto. Sou grato por cada capina, por todas as horas exposta ao sol e à chuva, no trabalho duro da roça. Tudo feito por amor desde que pisei a primeira vez na escola, para eu não precisar sofrer tudo o que foi sofrido por mim.

Sou grato à minha irmã Cleonilde Costa, por ter sido minha cuidadora zelosa e atenta. Seu amor tirou muitos fardos de minhas costas e pude me dedicar mais aos estudos. Jamais teria perseverado sem ter alguém como ela, que acreditasse em meu potencial.

Sou grato à minha esposa Tamires Neris Pitta Costa. Minha linda companheira, presente de Deus. Sem ela eu não seria o que sou hoje. Essa vitória é nossa! Trilhamos esse caminho juntos e ela sempre foi um canal da graça de Deus em minha vida, me mostrando o quanto Ele me amava. Obrigado por sempre me ver com olhos mais puros e com o amor mais sincero do seu coração.

Sou grato à Juventude Franciscana do Maranhão, à Ordem Franciscana Secular e à Ordem dos Frades Menores por terem me proporcionado experiências paralelas que enriqueceram minha formação direta ou indiretamente. Da mesma forma sou grato ao Ministério Universidade Renovadas por me acolher e permitir que eu provasse da graça de Deus em tantos momentos da vida acadêmica.

Sou grato à professora Dra. Liliane Correa Pinto. Por meio dela, pude encontrar o tema dessa monografia. Sou grato pela sua humildade em me orientar e compartilhar seus conhecimentos. Sou grato pela sua disponibilidade e dedicação.

Sou grato à paróquia Santa Rita e Filomena da cidade de Codó por disponibilizar seus arquivos para análise. Eles foram fundamentais para o início desse trabalho e poderão ser utilizados por diversos pesquisadores no futuro que tenham o desejo de ajudar a construir a história da nossa cidade.

Enfim, minha gratidão se estende a todos que acrescentaram vida à minha vida acadêmica. Todas as pessoas dentro e fora da universidade que me indicaram caminhos e corrigiram erros foram instrumentos de um plano maior e agora as cravo em minha história.

“Todo homem tem desejo natural de saber; mas que aproveitará a ciência, sem o temor de Deus?”

(Tomás de Kempis)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo construir uma narrativa evidenciando a colônia agrícola Petrópolis, instalada na vila de Codó, Província do Maranhão. Destacamos as nuances que influenciaram a política imigratória para todo o Brasil, mas de modo particular para essa província, no século XIX, além dos entraves que impossibilitaram o sucesso dos planos governamentais de reestruturação da economia maranhense com a substituição do trabalho escravo pela mão de obra assalariada de colonos portugueses. Para melhor apreender esse processo, lançamos mão de frutuosa trabalhos sobre imigração portuguesa para o Brasil, como os estudos produzidos pela dezena de colaboradores do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE) em livros conjuntos e publicações individuais. Os relatórios de Presidente de Província e os periódicos publicados no fim do século XIX formaram o corpo de fontes históricas analisadas que nos serviram como provas da existência da colônia Petrópolis. A história dos imigrantes instalados em Codó não foi diferente de outros inúmeros europeus que saíram de uma Europa em crise e se aventuraram no continente americano; impulsionados pelas promessas de trabalho seguro, salubre e razoável saíram de sua terra natal para vencerem a dura condição de vida que possuíam. Esse empreendimento gerou resultados diversos nem sempre proporcionais às estruturas burocráticas idealizadas.

Palavras – chave: Imigração; portugueses; Petrópolis; colônia.

ABSTRACT

This work aims to construct a narrative evidencing the agricultural colony Petrópolis, installed in the village of Codó, Maranhão Province. We highlight the nuances that influenced immigration policy for the whole of Brazil, but in a particular way for this province in the nineteenth century, besides the obstacles that made it impossible for the government's plans to restructure the economy of Maranhão to substitute slave labor for the workforce employed by Portuguese settlers. In order to better understand this process, we have used fruitful work on Portuguese immigration to Brazil, such as the studies produced by a dozen collaborators of the Center for Population, Economy and Society Studies (CEPESE) in joint books and individual publications. The reports of the President of the Province and the periodicals published at the end of the 19th century formed the body of analyzed historical sources that served as evidence of the existence of the Petrópolis colony. The history of the immigrants in Codó was no different from other countless Europeans who left a Europe in crisis and ventured into the American continent; driven by promises of safe, healthy, and reasonable work, they left their homeland to overcome their harsh living conditions. This enterprise generated diverse results not always proportional to the idealized bureaucratic structures.

Key - words: Immigration; Portuguese; Petrópolis; colony.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO-----	11
2. A HISTORIOGRAFIA DA IMIGRAÇÃO-----	13
2.1. Imigração portuguesa no Brasil-----	15
3. O CASO DO MARANHÃO-----	22
4. A COLÔNIA PETRÓPOLIS-----	36
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	44
FONTES-----	46
REFERÊNCIAS-----	48

1. INTRODUÇÃO

Este estudo surgiu após uma longa busca por algo que fosse relevante escrever sobre a cidade de Codó. As informações mais antigas sobre essa cidade se encontram na paróquia da Matriz de Santa Rita e Filomena, a primeira igreja construída quando ainda era vila. São registros de batizados e casamentos deteriorados devido à má conservação. Fontes preciosas que sistematizávamos sob a criativa investida da professora Dra. Liliane Correa, docente do curso de Ciências Humanas do campus da UFMA em Codó. Lá estavam, no mais antigo registro, casais de colonos portugueses contraindo matrimônio em 1864 e 1865. As perguntas emergiram: de que colônia eles eram? Quem os levou para ela? Quem eram eles? Quais motivos os levaram para uma vila no interior do Maranhão? Quais marcas deixaram na história da cidade de Codó?

Iniciaram-se os estudos sobre a imigração portuguesa no século XIX. Trabalhos interessantes foram selecionados, apesar desse tipo de estudo ainda estar se expandindo. Fontes primárias se tornaram necessárias, não era possível sustentar o trabalho apenas com as bibliografias analisadas. Dirigimo-nos para os relatórios de presidentes de província disponíveis na internet e depois para a Hemeroteca Digital Brasileira – portal de periódicos nacionais de consulta gratuita pela internet, criado pela Fundação Biblioteca nacional -, onde encontramos os periódicos que continham grande parte das informações que ajudaram a contar essa história.

Utilizamos aqui a terminologia migrante, imigrante e emigrante com os respectivos significados: aquele que muda de seu país ou região com regularidade; aquele que se estabeleceu em um país estrangeiro; aquele que sai de seu país para viver em outro. Dessa forma, um migrante será um emigrante se decidir se instalar em outro país e depois de instalado será um imigrante. Os termos possuem uma linha tênue que os separa.

No primeiro capítulo apresentamos a historiografia da imigração portuguesa para o Brasil, confrontando as concepções dos motivos que forçaram uns e atraíram outros a saírem de sua pátria para trabalharem, de forma assalariada, nas fazendas e nas cidades. Além disso, situamos os trabalhos que se detiveram nas investigações de como eram contratados esses colonos e como se estabeleciam no local de trabalho; como voltavam para suas terras e porque alguns não conseguiam voltar. Enfim, diversas abordagens do mesmo intento que permitem perceber como a questão é discutida.

No segundo capítulo analisamos a produção historiográfica que se concentrou na imigração portuguesa para a Província do Maranhão. Nele é possível perceber as nuances que influenciaram a política imigratória para a capital e para o interior da província no século XIX, além dos entraves que impossibilitaram o sucesso dos planos governamentais de reestruturação da economia maranhense. Analisamos também, de um modo geral todas as colônias agrícolas criadas na província, da necessidade de sua criação até as razões de suas ruínas.

No terceiro e último capítulo construímos uma narrativa sobre a criação da colônia agrícola Petrópolis, em Codó – Maranhão. Investigamos quem investiu capital para instalar a colônia na pequena vila que crescia à margem esquerda do rio Itapecuru. Depois, quantos eram, se homens ou mulheres e o que fizeram ao chegarem no local de trabalho. Por último destacamos os principais fatores que influenciaram o fim da colônia.

2. A HISTORIOGRAFIA DA IMIGRAÇÃO

A produção historiográfica sobre a imigração portuguesa no Brasil se estendeu nos últimos anos com o intento de compreender, não só o processo migratório, mas a própria constituição da sociedade portuguesa e brasileira, a partir da emigração. Na amplitude das investigações se questiona a mudança de status do português, inserido na sociedade brasileira pós independência. Procurou-se compreender a gênese e as engrenagens que deram força para a imigração, a representação do processo no imaginário popular, tanto em Portugal como no Brasil, os prós e os contras da imigração para a sociedade da época, etc. Em todos os trabalhos é notório que portugueses e brasileiros se empenham para delinear um processo que, por muito tempo, esteve no esquecimento. Apesar dos incontáveis artigos e alguns livros escritos sobre o assunto, ainda há muitas fontes para serem exploradas, lacunas para serem preenchidas e anos de pesquisa pela frente, tanto em um hemisfério quanto no outro.

No artigo de Ana Silva Volpi Scott, “A imigração portuguesa para o Brasil a partir de uma perspectiva microanalítica”¹, pode-se perceber o quanto tem crescido o número de trabalhos acadêmicos e pesquisas sérias a respeito da imigração portuguesa nos últimos anos. Para a autora, havia uma lacuna na produção historiográfica em relação a imigração portuguesa, muitas vezes ocasionada pela forma “camuflada” como os imigrantes se inseriram na sociedade brasileira, ficando quase invisíveis aos olhos dos estudiosos. O que explicaria essa “invisibilidade” eram as facilidades de se agregarem, de se adaptarem ao Brasil que os portugueses tinham em relação aos outros imigrantes. Eles dominavam a língua e ainda podiam contar com a ajuda de outros portugueses que já moravam a mais tempo em terras brasileiras para lhes acolherem. Por outro lado, a autora afirma que houve nos últimos anos uma crescente preocupação em estudar esse processo, por parte tanto de pesquisadores brasileiros quanto dos lusitanos, estimulados por “(...) novos aportes teórico-metodológicos e novas fontes a serem aplicados no estudo dos fenômenos migratórios” (SCOTT, 2007, p. 119).

A autora coordena pesquisas que partem da necessidade de acompanhar grupos inteiros em suas trajetórias, antes de embarcarem para o Brasil e até depois de sua instalação, no que ela chama de “analisar o fenômeno migratório em sua totalidade”, fazendo uma crítica a outros autores que tinham seu foco voltado apenas para os processos que ocorriam antes ou depois da imigração. Dessa forma, novas perspectivas analíticas se abrem se o pesquisador buscar

¹ SCOTT. Ana Silvia Volpi. *A imigração portuguesa para o Brasil a partir de uma perspectiva microanalítica*. *História Unisinos*. v. 11, n. 1 (2007) Janeiro/Abril.

compreender os processos que impulsionaram a vinda desses imigrantes, o que os fizeram fincar seus pés aqui ou voltar para sua terra natal. E isso permite, assim, uma visão muito mais clara e completa da migração/imigração portuguesa para o Brasil no século XIX e XX.

Também encontramos no trabalho de Paulo Cesar Gonçalves, “Mercadores de braços – riqueza e acumulação na organização da imigração europeia para o novo mundo” (2008) que tem como objeto de pesquisa a imigração italiana, o desenvolvimento de uma linha de raciocínio que permite compreender os fundamentos da imigração. Para o autor, a Revolução Industrial teria dado abertura para um mercado internacional, aliado a isso “(...) a emancipação das colônias, a abolição da escravidão e a expansão capitalista estimularam a imigração europeia maciça, temporária ou permanente” (GONÇALVES, 2008, p. 19). Dentro dessa lógica, a imigração seria uma consequência de mudanças sociais que ocorreram à medida que as transformações políticas e econômicas, a nível mundial, se intensificavam.

Para o autor, os avanços tecnológicos como os navios a vapor, que deram grande contribuição para acelerar as viagens marítimas, são fatores relevantes a serem considerados para explicar o crescente fluxo de emigrantes. Do mesmo modo, a imigração, do ponto de vista político, se deu como usufruto de uma herança das revoluções vividas na Europa, que serviam como base para um pensamento de liberdade de decisões. Dessa forma, Gonçalves faz uma ressalva a respeito da análise da imigração afirmando que “(...) qualquer discussão sobre o tema deve (...) levar em consideração a afirmação da conquista da liberdade do indivíduo dispor de si mesmo, inclusive, de se movimentar além das fronteiras” (GONÇALVES, 2008, p. 22).

O processo de saída dos imigrantes em busca de novas regiões onde pudessem desenvolver a agricultura e pecuária, para Gonçalves, se deveu a um desmantelamento da vida rural que levavam na Europa e seria até mesmo uma forma de oporem-se à pressão da vida de proletários na cidade. Além disso, as revoltas por conta da fome e expropriação de bens geraram ainda mais instabilidade social, levando alguns grupos a financiarem a emigração, o que poderia amenizar a situação e ainda gerar lucros com o transporte marítimo. Um outro fator que impulsionou a imigração estrangeira para o Brasil foi a organização da agricultura, voltada cada vez mais para a exportação com produção em larga escala.

Outra autora que faz um extenso trabalho, tendo como pano de fundo as transformações ocorridas no mundo a partir do século XVIII, que afetaram diretamente a dinâmica do trabalho nas Américas, é Emília Viotti da Costa no seu livro “Da monarquia à República: momentos decisivos”, de 1999. Costa tem como foco a passagem de um período crucial para se entender

o Brasil de hoje, o século XIX, fazendo uma comparação com as mudanças ocorridas no mesmo período nos Estados Unidos. Ao abordar o tema *trabalho*, ela faz uma análise econômica dos artifícios que moveram o processo de transição do trabalho escravo para o livre, destacando as contradições e estratégias por trás de todos os esforços em promover a imigração europeia.

Costa tem como alvo as elites brasileiras, os grandes fazendeiros e todos os agentes que foram responsáveis por manobrar as principais mudanças político-administrativas do Brasil. A autora identifica a pressão que exigiu das autoridades brasileiras reverem a política de terras e de mão-de-obra para se adequarem às mudanças do século XIX, partindo da própria ideia de concessão, comum no período colonial, para se pensar formas mais lucrativas do uso da terra. A nova legislação garantia os interesses dos grandes fazendeiros e a possibilidade de atrair imigrantes para trabalharem nas lavouras substituindo a mão de obra escrava. Segundo a autora, era um projeto que rompia com a visão tradicional conduzindo para algo mais moderno e adequado ao desenvolvimento econômico desejado para o país, frente às transformações na política e economia mundiais.

No entanto, a autora destaca o quanto mal organizado foi o projeto imigratório no Brasil, levando em conta a lenta mudança na economia do país, que não estava estruturada para manter esse novo modelo de trabalho. Um agravante era a disparidade entre as vantagens em migrar para o Brasil e para os Estados Unidos: o primeiro tinha condições climáticas diferentes dos países europeus, além das doenças locais, do pouco desenvolvimento e da distância; o segundo era mais próximo, com clima mais favorável, leis mais flexíveis e estava em pleno de crescimento econômico.

2.1 Imigração portuguesa no Brasil

Desde o período colonial havia uma constância no fluxo de portugueses que viajavam para o Brasil em busca de melhores condições de vida, intensificando-se no século XIX. Alguns partiam por conta própria, outros patrocinados; alguns por laços familiares, outros por aventura; alguns de forma legal e outros clandestinos. A grande maioria era de homens jovens e solteiros. E mesmo com as mudanças político-administrativas ocorridas nos dois países no passar de três séculos, a imigração continuou quase sempre com as mesmas motivações. É preciso ainda aprofundar o significado e o poder que a imigração portuguesa teve como fator de transformação do nosso país, sobretudo na economia. Os portugueses migraram para a Bahia, Maranhão, Pernambuco, São Paulo, Pará, Mato Grosso e praticamente todo o território

brasileiro. Mas o Rio de Janeiro era o local mais atraente para os imigrantes, sobretudo na metade do século XIX quando se tornou o grande centro da economia do país.

Novas contribuições estão surgindo a cada dia no intuito de ampliar a visão sobre o fenômeno migratório entre Portugal e Brasil. A Universidade do Porto e a Fundação Engenheiro Antônio de Almeida foram responsáveis pela criação do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade - que desenvolve pesquisas nas mais diversas áreas das Ciências Humanas e tem contribuído significativamente com trabalhos sobre a imigração portuguesa para o Brasil no século XIX. A instituição se auto intitula como sendo de utilidade pública:

Consagrada à investigação científica em diversos domínios das Humanidades e das Ciências Sociais (História, Património, Relações Internacionais, Demografia, Economia Social e Psicologia), de vocação interuniversitária, com o objetivo de produzir conhecimento e promover e difundir a cultura científica na sociedade portuguesa e contribuir para o seu desenvolvimento. Para isso, apoia a realização de projetos de investigação; a publicação e difusão dos resultados obtidos em livros, revistas acreditadas e plataformas digitais; a realização de seminários internacionais e outros encontros científicos regulares; e serve de unidade de acolhimento a investigadores nacionais e estrangeiros, especialmente a jovens investigadores empenhados na preparação de teses de doutoramento e de outros estudos avançados.²

Recentes trabalhos da CEPESE foram lançados, como o livro “De Colonos a Imigrantes: I(E)Migração Portuguesa para o Brasil” organizado por José Jobson de Andrade Arruda, Vera Lucia Amaral Ferlini, Maria Izilda Santos de Matos e Fernando de Sousa, lançado no Brasil pela editora Alameda, em 2013. Dele podemos destacar o artigo de Fernando de Sousa “Os portugueses. De colonos a imigrantes” no qual o autor se propõe responder a duas perguntas: “quais as principais regiões de origem dos emigrantes e que tipos ou categorias de emigrantes vamos encontrar no Brasil” (SOUSA, 2013, p. 24).

A sua análise aponta que diante das transformações históricas vividas entre Brasil e Portugal, com a independência do primeiro em relação ao segundo, a única mudança que ocorreu em relação à migração foi seu significado e o status social daqueles que migravam. Segundo Sousa (2013, p. 22):

O português, que antes de 1822 era responsável pelo enquadramento administrativo e o desenvolvimento económico do Brasil, vai passar a ser, daí em diante, basicamente, mão-de-obra assalariada, a integrar-se numa outra

² <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/contactos>

sociedade em que não mais tem qualquer poder de decisão, e não raras vezes lhe é francamente hostil.

Para o autor a emigração permanecia a mesma, as pessoas estavam chegando do mesmo país que vieram os outros durante os anos anteriores, falavam a mesma língua, no entanto o que mudava era a “natureza jurídica” do processo, afirmando que do modelo “(...) de uma colonização/emigração, ou de migrações nacionais dentro do mesmo Império, passou-se a uma emigração/colonização, de carácter internacional” (SOUSA, 2013, p. 21).

É interessante a discussão levantada pelo autor sobre o significado de “colono” e “emigrante” que, levados a cabo, enquadram no mesmo significado os primeiros portugueses que vieram para o Brasil e os que vieram a partir de 1822. No entanto, para Sousa, ninguém que viera ao Brasil antes de 1822, sem financiamento público ou particular ou que não estivesse ligado à agricultura pode ser chamado de colono. Da mesma forma, o português só passa a ser emigrante quando é obrigado a se submeter às leis de outro Estado. O que fica claro em seu artigo é que as duas categorias se confundem, se não houver um olhar apurado e que ainda há bastante espaço para discussões sobre esse tema.

Sousa discute em seu artigo as diversas situações nas quais os emigrantes que chegavam ao Brasil se estabeleciam, que dependiam do local, da idade que tinham e de suas habilidades. Os açorianos eram os que mais migravam para o Brasil, tanto pela facilidade do transporte (por viverem em ilhas) quanto pela vida escassa que levavam nos Açores. Outros migrantes saíam do norte de Portugal. Os que não sabiam ler, em sua maioria, trabalhavam nas fazendas. Outros analfabetos ficavam na cidade trabalhando de caixeiros. Também migravam para o Brasil carpinteiros, sapateiros, pedreiros, ferreiros, enfim, trabalhadores manuais que se destacaram nos centros urbanos, tinham jornadas de trabalho menores, ganhavam mais e sempre havia trabalho para eles.

É notória também a abordagem mais detalhada sobre a posição social ocupada pelos imigrantes portugueses no Brasil, realizada por Carlos Guilherme Riley³. No seu trabalho é possível perceber que independentemente de como viviam os açorianos nas ilhas, cada um que se aventurava em busca de melhores condições de vida, migrando, tinha motivos razoáveis para sair dos Açores. E, ao chegar em terras brasileiras, se enquadravam em uma hierarquia social. Riley usa a alegoria da pirâmide para exemplificar as diversas posições que os imigrantes poderiam ter na sociedade brasileira. Na base, estariam os menos favorecidos, trabalhadores

³ RILEY, Carlos Guilherme. **A emigração açoriana para o Brasil no século XIX: braçais e intelectuais.** ARQUIPÉLAGO/HISTÓRIA, 2ª série, VII (2003)

das fazendas, sem as mínimas condições para sobreviverem, tão miseráveis quanto os escravos, e no topo estariam os poucos intelectuais, homens de letras que trabalhavam geralmente em jornais, tendo no meio da pirâmide os especialistas em algum ofício.

Os trabalhos que relatam a questão do tratamento dos imigrantes apontam diferentes realidades que estiveram condicionadas à administração dos recursos públicos, como veremos adiante.

Em Sousa (2013) e em Rylei (2003) encontra-se um cenário de um Brasil repulsivo, mas ao mesmo tempo contraditório, pois, se os colonos tinham uma vida tão dura no Brasil, então porque tantos ainda continuaram migrando? No primeiro autor encontra-se a afirmação de que a migração foi tão forte que não precisava de tanto esforço (em propaganda) por parte do governo brasileiro para os emigrantes se sujeitarem à condição de colonos, mesmo diante das condições de vida apresentadas.

Sousa faz uma dura crítica ao modelo de imigração que foi instalado no Brasil, destacando os abusos sofridos pelos portugueses que iam trabalhar nas fazendas, as duras jornadas de trabalho e a insalubridade em que eram obrigados a viver. Outro destaque é dado para situações em que esses trabalhadores se viam longe das autoridades que poderiam garantir a eles seus direitos, muitas vezes em fazendas distantes e em lugares onde o poder político se concentrava nas mãos de poucos. A possibilidade, segundo o autor, desses imigrantes conseguirem retornar para Portugal era maior para quem estava no Rio de Janeiro e as piores condições eram vividas no Maranhão, Pernambuco e Bahia.

Em contra partida, José Guilherme Reis Leite em seu ensaio para a revista *Arquipélago*, ligada a Universidade dos Açores,⁴ apura situações contrárias, específicas, mas bastante significativas para se refletir a condição dos imigrantes portugueses no Brasil. Segundo ele, haviam emigrantes que retornavam aos Açores em condições muito melhores do que partiram e contribuíram consideravelmente para as mudanças sociais dentro das Ilhas, sendo englobados até mesmo nas elites açorianas.

Susana Serpa Silva é mais uma das colaboradoras do CEPESSE e participou da construção do livro “Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul”⁵. Na sua

⁴ LEITE, José Guilherme Reis. **Os regressados do Brasil como factor de mudança social nos Açores na 2ª metade do séc. XIX**. ARQUIPÉLAGO/HISTÓRIA, 2ª série, IX (2005). P. 399-408

⁵ SILVA, Susana Serpa. **A emigração para o Brasil vista por intelectuais e literatos portugueses (séculos XIX-XX)** In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MENESES, Lená Medeiros de; MATOS, Izilda; ARRUDA,

composição corrobora o fato de muitos açorianos regressarem afortunados, como afirma Leite. A sua escrita prioriza a forma como o processo foi relatado na literatura oitocentista em obras que abrem os horizontes das pesquisas, pela proximidade dos escritores em relação aos protagonistas de suas histórias: pessoas que partiram e em muitos casos, retornaram. O mesmo tipo de abordagem podemos encontrar na tese de doutorado de Martina Matozzi⁶ que realiza uma análise literária construindo “um mapa” da representação da emigração nos romances, contos e crônicas portuguesas. Em contrapartida, Leila Medeiros de Menezes realizou uma pesquisa que analisa a imigração do ponto de vista da literatura brasileira com uma frutuosa reflexão histórica a partir da linguagem literária⁷.

Encontra-se também no livro “De Colonos A Imigrantes: I(E)Migração portuguesa para o Brasil”⁸ um capítulo escrito por Susana S. Silva que dá um contraste especial ao estudo sobre a emigração lusa. Nesse seu trabalho a preocupação é na dualidade do significado da emigração, traçando os elementos positivos e negativos da saída de açorianos para o Brasil, a partir da ótica dos próprios açorianos, utilizando basicamente como fontes os relatórios governamentais das Ilhas dos Açores e documentos emitidos pela Igreja.

A emigração era vista tanto de forma benéfica quanto maléfica: migrar era levar os trabalhadores para fora da sua terra, mas também diminuía a quantidade de pessoas que poderiam passar fome por falta de trabalho e ainda gerava impostos para as Ilhas dos Açores. Tão logo aparecia trabalho, o número de migrantes diminuía.

A falta de garantia da volta dos habitantes da ilha era outro ponto negativo. Muitos morriam no Brasil acometidos por doenças. Segundo Silva, esse foi um dos principais fatores que fizeram mudar a política migratória dentro da Ilha dos Açores para promover não mais a ida, mas a volta de quem não possuía meios para retornar e ainda o impedimento de outros que se sentiam tentados a viajarem.

Jobson; SARGES, Nazaré; FERLINI, Vera. Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul. Porto: CEPESE, 2014.

⁶ MATOZZI, Martina. **Portugueses de Torna-Viagem. A Representação da Emigração na Literatura Portuguesa.** 2016. Tese (doutorado em Patrimónios de Influência Portuguesa) Instituto de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra, Coimbra.

⁷ MENEZES, Leila Medeiros de. **O imigrante Português: representações na literatura brasileira.** In: XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH), 2011, São Paulo. Anais..., São Paulo: USP, 2011.

⁸ SILVA, Susana Serpa. **Em torno da emigração açoriana para o Brasil: diferentes leituras e problemáticas.** In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando de (orgs.). **DE COLONOS A IMIGRANTES: I(E)Migração portuguesa para o Brasil.** São Paulo: Alameda, 2013, 602 p.

No entanto, nem todas as autoridades concordavam ou acreditavam ser possível barrar a emigração de açorianos, pois criam ser um processo natural. Além disso, emigrar era garantido por lei e os esforços das autoridades foram cobrados para combaterem apenas a emigração ilegal. Esse era o problema mais preocupante, pois a viagem ilegal em embarcações inadequadas colocava em risco a vida dos aventureiros.

A atenção de Silva não é voltada aos fatores econômicos, pode-se perceber isso quando a autora não ressalta os prejuízos econômicos do processo da viagem clandestina ou da diminuição do número de habitantes dos Açores.

No trabalho dessa autora constata-se o mesmo que em Leite, que não só trabalhadores braçais se aventuraram em direção ao Brasil, como também intelectuais e especialistas em trabalhos artesanais. Dialogando com Rylei, a autora cita casos de algumas pessoas que tiveram suas vidas marcadas pela emigração e viveram entre o Brasil e as Ilhas dos Açores. Ela escolheu relatar a história de pessoas que, de alguma forma, tiveram um papel social importante nos dois lugares.

Outra pesquisa de Susana S. Silva para a revista *História: Questões & Debates*, publicada pela Associação Paranaense de História, ainda põe em destaque os fatos que difundiram a ideia da “escravatura branca”⁹, resultado da emigração clandestina realizada em péssimas condições e associada aos contratos desonestos e até mesmo à venda de imigrantes portugueses ao chegarem no Brasil. A autora ressalta que a situação perdurou, principalmente nas Ilhas dos Açores e fez parte de debates políticos insulares, mas era sustentada pela falta de estrutura das Ilhas, falta de trabalho que aumentava a pobreza e pela má fé dos que aproveitavam a desventura dos açorianos.

Contribui também para as discussões acerca da imigração o artigo de Kátia Cristina Petri¹⁰ cujo objetivo era explorar o processo de transição do trabalho escravo para trabalho livre dentro do Brasil. Petri prioriza a compreensão dos aparatos burocráticos criados dentro da política imigratória, com reservas específicas de recursos para subsidiar a transferência de colonos. E outros novos estudos foram produzidos focando os imigrantes que se estabeleceram na cidade de São Paulo, com atenção cada vez mais voltada para o caso dos portugueses. Todos

⁹ SERPA SILVA, Susana. A EMIGRAÇÃO AÇORIANA PARA O BRASIL, POR MEADOS DO SÉCULO XIX, E A QUESTÃO DA “ESCRAVATURA BRANCA”. *História: Questões & Debates*, 2012. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/historia/article/view/28638/18825>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

¹⁰ PETRI, Kátia Cristina. “**Braços para a lavoura**”: a subvenção paulista para imigração (1886-1896). *Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, [S.l.], n. 3-4, maio 2012. ISSN 2176-4174. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/9549/7099>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2018.

eles sendo lançados pela revista Cordis, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com destaque para a produção de Maria Izilda Santos de Matos¹¹, colaboradora também da Universidade dos Açores. Essa autora vai além de uma investigação econômica e dá ênfase nas relações mais rotineiras dos imigrantes que viviam nas cidades, nas relações familiares e do trabalho. É notória também a relevância da pesquisa de Roseli Boschilia¹², apoiada pela CEPESE, sobre a presença dos imigrantes portugueses no Paraná.

Os horizontes em torno da historiografia da imigração portuguesa para o Brasil se ampliam com os estudos de Rosana Barbosa, nos quais, analisando fontes diversas realça a importância dos portugueses imigrantes para a constituição da sociedade brasileira. O Brasil recebeu ao longo de séculos diversos grupos de imigrantes alemães, italianos, japoneses, russos, sírios, no entanto a autora afirma:

Ainda assim, apesar de sua importância para o desenvolvimento do Brasil, nenhum desses grupos contribuiu na mesma medida que os Portugueses para o crescimento dessa nação. O constante fluxo de imigrantes portugueses para o Brasil e a importância desse fenômeno para o desenvolvimento do país modelou a nação brasileira de um modo diferente de qualquer outro grupo.¹³

A importância dos imigrantes portugueses se dá através do trabalho exercido por eles na sociedade brasileira. Barbosa dá uma visão geral da condição desses imigrantes, desde o período colonial e após a independência, mostrando a diversidade de casos desde os que trabalharam em condições paupérrimas àqueles que alcançaram fortuna; das regiões que receberam mais e menos imigrantes; da disparidade na demanda de homens e mulheres, jovens e adultos.

¹¹ MATOS, Maria Izilda Santos de. **Além mar**: entre o lar e o balcão. Portugueses em São Paulo. Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, [S.l.], n. 2, maio 2012. ISSN 2176-4174. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/9517/7066>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2018.

¹² BOSCHILIA, Roseli. À PROCURA DE UM NOVO DESTINO: IMIGRANTES PORTUGUESES NO PARANÁ DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX. **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 56, n. 1, ago. 2012. ISSN 2447-8261. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/historia/article/view/28641>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

¹³ BARBOSA, Rosana. Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil. "ARQUIPÉLAGO. História". ISSN 0871-7664. 2ª série, vol. 7 (2003): 173-196. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.3/387> Acessado em: 20 de janeiro de 2018.

3. O CASO DO MARANHÃO

No caso mais específico do Maranhão, não são muitas as bibliografias que se debruçam sobre a temática da imigração portuguesa para a Província, no entanto, dos trabalhos que podem ajudar a expandir a visão sobre o movimento migratório, a partir da interpretação dos relatórios de Presidentes de Província, pode-se destacar o de Alfredo Wagner B. de Almeida em seu livro “Ideologia da decadência” e também os estudos de Marcelo Vieira Magalhães¹⁴.

Para entender os motivos que levaram a uma forte política migratória no Maranhão foi preciso compreender como se encontrava a economia. Segundo Magalhães (2014), a situação era de decadência econômica, aliada a proibição do tráfico de escravos. Além disso, a reestruturação da Província seria de inteira responsabilidade da administração pública, apesar do autor reconhecer que o problema não se originava necessariamente na produção, mas em fatores externos condicionantes.

Outro historiador que tem uma linha de pesquisa fundamental para a compreensão da política imigratória dentro da Província, conceituado pelos seus estudos em História do Maranhão, especializado também em história política e social do Brasil e da América Latina, é Matthias Röhrig Assunção. É um dos autores que mais se dedicou às pesquisas sobre a Balaiada, com vários artigos publicados e livros sobre o tema, lançou em 1988 o livro “A guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral” pela UDUFMA e os mais recentes: “De caboclos a Bem-te-Vis: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão (1800-1850)” e “Capoeira: The History of an Afro-Brazilian Martial Art”. Assunção também tem artigos publicados na revista Afro-Ásia do Centro de Estudos Afro-Orientais e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

A importância do trabalho de Assunção se detém no caminho que ele percorre para a compreensão do movimento migratório para o Maranhão fazendo um apanhado de como se configurava a economia do período Colonial, que consequentemente condicionaria a estrutura do Imperial. Nesse intento, Assunção (2000)¹⁵ faz uma análise do mercado interno encontrando uma estrutura de produção caracterizada por setores monetários e não-monetários.

¹⁴ MAGALHÃES, Marcelo Vieira. **Imigração e colonização no Maranhão na segunda metade do século XIX: o caso dos portugueses**. In: Encontro Estadual de História - ANPUH-RS. 12., 2014, Porto Alegre, Anais... Porto Alegre. ISSN 2179-6475

¹⁵ ASSUNÇÃO, Mathias Rorhing. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**. São Paulo, p. 32-71, 2000.

O autor afirma que na província maranhense a estrutura de consumo e comércio desembocaram em uma crise de exportação que é a chave para compreender as crises políticas e sociais da região no século XIX. A Província vivia uma economia de subsistência, com grande entraves para a produção em larga escala destinada à exportação. Os principais produtos eram, segundo Assunção, farinha de mandioca, carne de gado, bebidas alcólicas e peixe seco, e a produção destes gêneros estava ligada diretamente aos altos e baixos do preço do algodão a nível internacional. Além disso, vários fatores explicavam a crise no abastecimento, principalmente de alimentos que sofriam quedas consideráveis tanto na produção, entravados por fatores climáticos, quanto no consumo, muitas vezes interrompido pelas péssimas condições das estradas.

Assunção (2000, p. 41-42) não compartilha do mesmo olhar de Magalhães (2014), defendendo a falta de organização interna como desencadeadora da crise econômica no Maranhão, declarando que:

Neste contexto, houve pouco espaço para modernizações das técnicas agrícolas, no tratamento do algodão ou no sistema de transportes, tão necessárias para enfrentar a crescente concorrência internacional. O endividamento dos fazendeiros só explica em parte esta falta de inovações. De fato, quando os fazendeiros conseguiam retornos altos para o seu algodão, gastavam seus lucros na compra de mais escravos (até 1840), e em importações de luxo. Seda francesa compunha parcela significativa das importações. Mas a maior parte das importações maranhenses era constituída por tecidos de algodão ingleses (...) O Maranhão exportava, portanto, algodão cru para reimportar sobretudo tecidos de algodão!

Para o autor, a lenta modernização na produção e na infraestrutura necessária para escoar os produtos, além da utilização do trabalho escravo estagnava a economia da Província. Costa (1999) também dá uma parcela de contribuição nessa discussão destacando que a urbanização delongou¹⁶ em todo o país e que, apesar de alguns avanços, a partir da construção de ferrovias, não houve uma conformação ao sistema capitalista de forma homogênea.

A transformação do trabalho seria a solução para os problemas econômicos. Segundo PETRI: “O declínio da escravidão, em meados do século XIX, era evidente no Império brasileiro e os interessados na manutenção dessas forças produtivas tinham que se preocupar

¹⁶ Conferir COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

com a continuidade do trabalho (...)”¹⁷. É de consenso dos autores citados que a condição do Maranhão já não era mais a de grande exportador, sendo urgente a reorganização da economia. O projeto era realizar, como já estava acontecendo em todo o Brasil, o acolhimento de trabalhadores livres vindos de Portugal para desenvolverem a agricultura em colônias que seriam instaladas em parte da Província.

É nesse contexto que os imigrantes aparecem como forma de recuperar a economia do Maranhão. Iniciaram, assim, as tentativas para motivar a vinda dos portugueses, que era a opção mais conveniente, pois se adaptariam com mais facilidade que outras pessoas de países europeus. No entanto, a grande maioria das colônias instaladas, após alguns anos, fracassaram¹⁸.

Em Magalhães (2014)¹⁹ é possível perceber que os debates em torno da vinda de trabalhadores estrangeiros seriam não só visando um avanço na produção como também um projeto civilizatório, uma iminente substituição do trabalho escravo. Enquanto o estrangeiro era enaltecido, o oposto era pensado do trabalhador local, considerado inábil e preguiçoso. Os discursos de Presidentes de Província giravam em torno da legitimação dessas ideias. No entanto, não havia estrutura necessária para receber esses imigrantes, como afirma SOUSA (2013, p. 29):

No Maranhão, regra geral, os indivíduos que vinham para as colônias, movimento iniciado em 1853, não sabiam ler nem escrever, não havendo pois alternativa ao trabalho da terra. Os salários porque eram engajados na Europa, raras vezes cobriam as despesas com a alimentação, uma vez que os produtos alimentares eram "excessivamente" caros. O clima revelava-se impróprio para o trabalho no campo, e os colonos andavam mal vestidos e mal alimentados, morrendo com frequência.

A iniciativa de atrair os emigrantes para a Província não poderia se resumir apenas no financiamento, na legislação e no transporte, mas haveria de se organizar toda uma estrutura que pudesse mantê-los vivos da saída de Portugal até a instalação deles nas colônias, levando em conta todas as suas limitações e os obstáculos “naturais” que poderiam acomete-los. Ainda assim, muitos deles após instalados adoeciam e iam a óbito (MAGALHÃES, 2013).

¹⁷ PETRI, Kátia Cristina. “Braços para a lavoura”: a subvenção paulista para imigração (1886-1896). Cordis: **Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, [S.l.], n. 3-4, maio 2012. ISSN 2176-4174. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/9549>>. Acesso em: 18 janeiro de 2018.

¹⁸ MAGALHÃES, Marcelo Vieira. **Portugueses no Maranhão (1822-1889): ensaio sobre a imigração**. In: Simpósio Nacional de História (ANPUH), 27, 2013, Natal, Anais... Natal: UFRN, 2013.

¹⁹ MAGALHÃES, Marcelo Vieira. **Imigração e colonização no maranhão na segunda metade do século XIX: o caso dos portugueses**. In: Encontro estadual de História (ANPUH), 12, 2014, São Leopoldo, Anais... São Leopoldo: UNISINOS, 2014. p. 1-15

A permanência de alguns desses imigrantes no Maranhão, segundo Magalhães (2013), citando Galves (2008)²⁰, estaria entre um dos fatores que influenciaram até mesmo na resistência a adesão à independência, levando em consideração que parte dos portugueses haviam conquistado cargos públicos. Nesse sentido, não havia interesse em cortar laços com Portugal, diante de alguns privilégios obtidos por portugueses que viviam na Província.

Os planejamentos para a criação das colônias eram ousados, como podemos ver em Magalhães:

A década da imigração e da colonização no Maranhão foi 1850, além das seis colônias formadas e os 887 contratados e engajados fixadas nelas, pretendia-se levar à província até o final de 1855 mais de 1.000 colonos, a Diretoria de Colonização, criada no mesmo ano tinha planos de introduzir mais de cinco mil colonos nos anos seguintes, quando deixaria de estar vinculada ao Tesouro Provincial (...).²¹

Os investimentos da Província foram altos, além de realizar empréstimos em valores suficientes para arcar com todas as despesas dos emigrantes, da saída até os primeiros anos de trabalhos, ainda fora necessária a criação de entidades responsáveis por regular o fluxo e o financiamento das instalações das colônias – apesar de haver também investimentos particulares para esse fim. Em Magalhães (2013, 2014) e Almeida (2008) é possível entender a trajetória de cada uma das colônias criadas no Maranhão, do início ao precoce fim da maioria. O fracasso se deu por questões diversas, desde problemas com doenças, mortes, desinteresse por parte dos colonos em continuarem trabalhando e até mesmo falta de pagamento dos empréstimos concedidos.

Uma parte dos imigrantes conseguiu retornar para suas cidades, ajudados pelo consulado ou por outros portugueses que já viviam a mais tempo no Maranhão, no entanto, sem ter conseguido melhorar a condição na qual chegaram. Segundo Magalhães, a lembrança de uma região malquista: “(...) do Maranhão especificamente pode ter sido alimentada pelas histórias dos retornados e dos que ficaram, pois suas vivências foram marcadas pela falta de liberdade, de endividamento, trabalho duro e poucos recursos (...)”²².

²⁰ GALVES, Marcelo Cherche. Entre os lustros e a lei: portugueses residentes na cidade de São Luís na época da independência do Brasil. Rio de Janeiro: XXII Encontro Regional de História- ANPUH, 2006

²¹ MAGALHÃES, Marcelo Vieira. **Imigração e colonização no Maranhão na segunda metade do século XIX: o caso dos portugueses.** In: Encontro Estadual de História - ANPUH-RS. 12., 2014, Porto Alegre, Anais... Porto Alegre. ISSN 2179-6475. P. 4.

²² MAGALHÃES, Marcelo Vieira. **Imigração e colonização no Maranhão na segunda metade do século XIX: o caso dos portugueses.** In: Encontro Estadual de História - ANPUH-RS. 12., 2014, Porto Alegre, Anais... Porto Alegre. ISSN 2179-6475. P. 12.

Podemos conferir nos próprios relatórios dos presidentes da Província do Maranhão uma sistemática preocupação com a substituição do trabalho escravo. Em 1847 o presidente Franco de Sá já afirmava:

Eis aqui, senhores, (...) a primeira necessidade da indústria, e prosperidade do Império – temos imensas terras e numerosos estabelecimentos, diz-se a muito tempo, aquelas jazem sem roteamento, estes definham em produção, tudo por falta de braços; e como o tráfico humano nol-os não pode fornecer, cumpre que o Estado a *todo custo* promova a emigração estrangeira de trabalhadores livres, e que a Nação se preste a *todos os sacrificios* para conseguir esse remédio salvador.²³

Outro argumento utilizado por Sá era que a falta de industrialização do país e de transportes rápidos e baratos também estagnavam a produção e o crescimento da Província. Apesar disso, a ideia de criar colônias era tida como brilhante e tinha tudo para dar resultados satisfatórios.

Ao final do relatório sobre a necessidade do estabelecimento de colônias, o Presidente da província faz um pedido à Assembleia Legislativa para que dê a posse de todas as terras devolutas da Província que com o apoio de todo o poder público deveriam ser medidas e divididas, preparando-as para a colonização.

Em 1851, o novo presidente Olímpio Machado volta a discussão sobre a introdução do trabalho livre, de colonos europeus, como forma de fazer o país crescer²⁴. No entanto, se mostrou preocupado com as condições climáticas as quais esses colonos terão que se adaptar, levando em conta que as do sul estavam muito mais favoráveis a eles. Dessa forma, os portugueses naturais das ilhas de Açores não sentiriam dificuldade de adaptação no calor da Província do Maranhão seria preferida a vinda deles.

A lei de provincial n° 106 de 27 de agosto de 1851 já dava abertura para que os presidentes de províncias disponibilizassem seis contos de réis anuais para a introdução de colonos e nessa lei estariam amparados os planos de Olímpio Machado, tendo em vista que era um movimento que se alastrava no país.

Para Olímpio Machado, os colonos não seriam caros para a província, apesar de ter que custear a passagem, abrigo e alimentação, mas os benefícios obtidos pela vinda deles seria o

²³ Relatório à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão pelo Exmo. senhor presidente da província, Joaquim Franco de Sá, na sessão aberta em 3 de maio de 1847. Maranhão, Tip. Maranhense, 1847.

²⁴ Fala dirigida pelo Exmo. presidente da província do Maranhão, o dr. Eduardo Olímpio Machado, á Assembleia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 7 de setembro de 1851. Maranhão, impresso na Tip. Constitucional de I.J. Ferreira, 1851.

próprio abastecimento da capital de alimentos. A ideia era que a princípio se faria a experiência na capital, e nos lugares próximos, como Icatú e depois seria promovido para o interior da província.

Machado exalta a fertilidade do solo da província do Maranhão como fator que sobressai diante das condições climáticas a que os europeus teriam dificuldade de sobreviver. Além disso, esses colonos sairiam da condição de pobreza e improdutividade nas quais eles viviam na época, para um lugar onde teoricamente teriam todas as condições necessárias para sua sobrevivência.

A fala do Presidente de Província se apoia no momento vivido por Portugal, que estava inserido entre os países mais próximos dos avanços industriais no início do século XIX, mas: “(...) apesar de um inegável crescimento económico, (...) não dispunha de condições para fixar toda a sua população”²⁵. Na ilha dos Açores não era diferente, ainda havia uma grande necessidade de migrar em busca de novos lugares onde pudessem se estabelecer, mesmo com as mudanças econômicas locais bem mais favoráveis que no século anterior e a “(...) a verdadeira razão, ou pelo menos a mais determinante é, sem dúvida alguma, a fome”²⁶.

Em 1852 surgia a notícia do primeiro empresário interessado em introduzir colonos para trabalharem em terras da Província, Coronel Torquato Coelho de Souza. Um contrato foi assinado junto ao governo provincial no dia 22 de julho e exigia que fossem trazidos 80 colonos “do continente europeu, ou das ilhas dos Açores” e para isso seriam emprestados cinco contos de réis. A colônia seria instalada em Frechal, “distrito da villa de Guimarães”²⁷.

O amplo trabalho de GONÇALVES (2008) discute as estratégias utilizadas para a implantação de colônias no Brasil através da criação de leis mais flexíveis e empréstimos financeiros, apontando que:

Após a Lei de Terras de 18 de setembro de 1850 e sua regulamentação em 1854, que possibilitava o acesso à posse da terra a qualquer indivíduo, independente de sua nacionalidade, e concedia auxílios à colonização, verificou-se um incremento das relações entre o Estado e particulares (agências, companhias, ou indivíduos) para a introdução de imigrantes e colonização de novas áreas. A transformação da terra em mercadoria despertou interesses privados que, cientes da possibilidade de auferir lucros,

²⁵ RODRIGUES, Bruno. Os efetivos migratórios registados pelo governo civil do Porto para o Brasil (1852-1854). In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de Matos; SOUSA, Fernando de Sousa (orgs.) **DE COLONOS A IMIGRANTES: I(E)Migração portuguesa para o Brasil**. São Paulo: Alameda, 2013 602 p.

²⁶ RILEY, Carlos Guilherme. **A emigração açoriana para o Brasil no século XIX: braços e intelectuais**. ARQUIPÉLAGO/HISTÓRIA, 2ª série, VII (2003). P 153.

²⁷ Relatório do Presidente da Província Dr. Eduardo Olímpio Machado. Folha de rosto manuscrita publicado como anexo da fala de 28 de julho de 1852.

intensificaram a formação de núcleos coloniais e de companhias colonizadoras.²⁸

O coronel Torquato se tornou um importante empresário na província e foi o primeiro a se sentir atraído pela possibilidade de aumentar a produção em suas terras com o trabalho dos imigrantes. Nascido em uma família de fazendeiros, herdou do pai a fazenda Frechal, junto com o irmão, na vila de Guimarães. Transformou-se em um dos homens mais prósperos e respeitados daquela região²⁹. Era um homem visionário. Em 1850 o publicador maranhense exibiu a autorização dada pelo governo provincial para que o coronel tivesse o privilégio de sozinho abastecer a capital de gás líquido durante dez anos. O mesmo serviço já estava sendo prestado por ele durante os dez anos anteriores³⁰. Além disso, o mesmo jornal publicou mais um contrato assinado pelo empresário em 1853 no qual o Presidente de Província autoriza-o a construir uma ponte de madeira sobre o rio Urú. O coronel poderia cobrar a passagem de qualquer transporte, pessoa ou animal que por ela atravessasse, durante 15 anos. Após esse período a ponte seria entregue para o governo provincial.

A Colônia Agrícola Santa Izabel foi criada pelo empresário em sistema de parceria nas terras do engenho Frechal³¹ e recebeu 51 colonos, aos quais fora distribuída uma porção de terras para montarem hortas e plantarem cana de açúcar. No relatório de 1853, fora apresentado o resultado dos primeiros meses de “ensaio”: o coronel Torquato Coelho de Souza cumpria as exigências do contrato, como dar comida gratuitamente aos colonos (carne e vinho aos domingos), café, açúcar, arroz, fumo e aguardente. Além disso era-lhes dada a metade da colheita, materiais de construção, de produção e remédios.

Segundo o relatório, dos 51 colonos que vieram de Portugal, morreram dois recém nascidos de Coqueluche e uma mulher chamada Quitéria de uma bronquite que contraiu na viagem, deixando uma filha pequena aos cuidados de uma tia. Entre os colonos haviam crianças, jovens e adultos, homens e mulheres. Dos adultos apenas quatro homens eram

²⁸ GONÇALVES, Paulo César. **Mercadores de braços. Riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o novo mundo**. 2008. Tese (doutorado em história) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. P. 138.

²⁹ GUERRERO, Natália. **Em terra vestida. Contradições de um processo de territorialização camponesa na Resex Quilombo do Frechal**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia humana). Universidade de São Paulo. São Paulo.

³⁰ **PUBLICADOR MARANHENSE**. Folha oficial, política, literária e comercial. São Luis. Edição 103. 1850. P. 3

³¹ Relatório do presidente da província do Maranhão, o doutor Eduardo Olímpio Machado, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1 de novembro de 1853, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1854. Maranhão, Tip. Constitucional de I.J. Ferreira, 1853.

casados. Haviam dois carpinteiros e um oleiro. Os demais eram agricultores. Todos eram católicos e apenas um foi trazido da província portuguesa de Trás-os-Montes, os outros, do Minho.

Os gastos com o transporte e instalação dos colonos ultrapassou os três contos de réis divididos entre pagamento de passagens e dos engajadores de Portugal. E com todos os gastos, até aquele momento o empresário não tinha nenhum benefício com a colônia e não havia como calcular quais teria no futuro.

Ainda no relatório de Olímpio Machado, de 1853, é evidente a preocupação com obra do canal de Arapahy que a quase um século já estava em execução em São Luis, onde não se poderia mais deixar que escravos trabalhassem. No dicionário histórico Geográfico do Maranhão vemos a definição do era o canal:

Sendo por todos reconhecida a necessidade de abertura de um canal, ou leito artificial que comunicasse as águas do Bacanga, ou antes as da Baía de São Marcos, com as do Arapahy, ou com as que circundam a ilha de São Luís, foi projetado em 1742 este canal [...] Este canal é um seguro meio de navegação entre a capital e todos os lugares por onde passam os rios Munim e Itapecurú-Mirim, Mearim e Pindaré, evitando assim os riscos, que correm os barcos nas passagem do Boqueirão, onde quase sempre naufragam muitas embarcações com grandes prejuízos, tanto particular como público [...] foi a empresa proposta ao capitão general do estado João de Abreu Castelo Branco [...] que chegou a quantia de 655\$000 em dinheiro de pano de algodão, servindo as vezes de moeda nesse tempo, 280 alqueires de farinha, e 60 negros escravos, deu-se começo a obra [...].

O desaguadouro se tornou a obra pública mais delongada da época, com várias pausas, recomeços e com gastos inviáveis. O jornal A Imprensa lançou frequentes críticas sobre a má administração do dinheiro público empregado na obra. Em abriu de 1858 o mesmo jornal empregava tais palavras:

O canal do Arapahy é interminável. Em cada mudança de presidente passa por uma nova crise. Um retira os trabalhadores e deixa obstruir e inutilizar quanto encontra feito; outro converte-o em colônia eleitoral, põe de parte e o trabalho e só trata de receber vivas e hosanas dos denominados operários, outro acha loucura despender dinheiro em canais, quando temos tanto em que gastá-lo; outro enfim só cuida de criar ali uma corte de empregados públicos com bons ordenados fixos [...] escoar-se o cabedal da Província, e não se conclui a obra [...]³²

É possível encontrar na maioria dos jornais da época duras críticas aos administradores do canal e a todo o dinheiro gasto durante o tempo em que as obras se davam.

³² MATTOS, B. de. A estrada de Caxias a Teresina. **A IMPRENSA**. São Luis, MA. 24 abril de 1858. Ed: 33. P. 1.

Em 1853 a administração da Província decidiu financiar a vinda de cem colonos europeus para a construção do canal. A responsabilidade de deslocar esses colonos para o Maranhão Foi dada a Luiz da Serra Pinto, que aparece no dicionário Histórico-Geográfico do Maranhão como um dos empresários membros de uma comissão de negociantes de São Luís³³. Era esperado que os colonos chegassem em março do ano seguinte.

O contrato para o engajamento dos colonos, em anexo ao relatório de 1853, tinha a validade de três anos e garantia empréstimos de valores para o transporte, alojamento em São Luís e o sustento antes de iniciarem o trabalho. Além disso, era garantida a gratuidade aos serviços de saúde caso algum deles adoecesse; à instrução primária e ao direcionamento espiritual e participação nos cultos católicos àqueles que o fossem³⁴.

Enquanto os colonos não estivessem acostumados ao clima, o trabalho no canal iniciaria às cinco horas da manhã e iria até as nove, retornando às duas horas da tarde e encerrando às seis. O trabalho consistia basicamente em cavar e retirar terra do canal.

O empréstimo com o governo era descontado do pagamento dos colonos durante os três anos de trabalho. Após o fim do contrato, haviam três opções para os colonos: poderiam renovar o contrato ou, se houvesse o interesse em trabalhar a terra, ganhá-la gratuitamente, ou ainda, poderiam escolher um outro ofício. Em todos os casos não ficariam desamparados.

No relatório de 1854³⁵, Olímpio Machado informa que a Colônia Santa Isabel já estava produzindo café, pimenta da Índia e já possuía árvores frutíferas. Em 22 de março os colonos receberam a posse das terras.

Até aquele momento os cem colonos que foram pedidos para trabalharem no canal do Arapahy ainda não haviam chegado. O preço dos salários em Portugal e o valor cobrado pelos engajadores subiram devido à grande quantidade de pessoas saindo do país. Por conta disso, a previsão de chegada dos colonos era para julho de 1854.

³³ MARQUES, Cezar Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Maranhão. 1870.

³⁴ Relatório do presidente da província do Maranhão, o doutor Eduardo Olímpio Machado, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1 de novembro de 1853, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1854. Maranhão, Tip. Constitucional de I.J. Ferreira, 1853.

³⁵ Relatório do presidente da província do Maranhão, o doutor Eduardo Olímpio Machado, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1854, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1855. Maranhão, Tip. Constitucional de I.J. Ferreira, 1854.

No mesmo relatório, também anuncia a criação da Colônia Petrópolis, contratada pelo empresário Francisco Marques Rodrigues. O local para a instalação era o distrito de Codó e deveria receber duzentos colonos, com prazo para iniciar seu funcionamento no fim do ano de 1855.

A partir daquele ano, o número de colônias só aumentaria, tendo em vista que todo um aparato burocrático e um caixa especial fora criado para tal fim. Em 1855, era anunciada a criação de mais uma colônia agrícola, Santa Thereza. Fundada na região de Bitiua, município de Cururupú pelo empresário Antônio Correa de Mendonça Bittencoutt que assinou um contrato com o governo provincial em 1854. Contava com 140 colonos, de várias idades, homens e mulheres.

No mesmo período, o governo da província manifestava a necessidade de cem estrangeiros de ambos os sexos e de idades diferentes, que fossem pescadores. O seu trabalho abasteceria a capital, além de servir para ensinar a população de São Luís o ofício de pescador. A instalação se daria na praia de Araçagi.

Uma massa de imigrantes portugueses era absorvida pelo Brasil. Gonçalves (2014) destaca o fluxo contínuo de portugueses para as Américas, utilizando dados dos Estados Unidos, traça um panorama do quantitativo da imigração:

A emigração portuguesa apresentou números significativos durante a segunda metade do Oitocentos, em ascensão no século seguinte, até o início da Primeira Guerra, totalizando mais de 1,3 milhões de emigrantes espalhados pelo mundo. Em relação ao fluxo transoceânico, o Brasil sempre figurou como destino principal, recebendo 82,3% dos emigrantes, bem à frente dos Estados Unidos (15,3%) e da Argentina (2,4%)³⁶.

A quantidade de trabalhadores que saía de Portugal preocupava as autoridades naquele país. O governo português, percebendo que uma engrenagem que se formava de engajadores e companhias, dispostos a viabilizarem a migração em busca de benefícios particulares, segundo Gonçalves, criou uma série de leis para controlarem a saída dessas pessoas. Para o autor:

Foram, aliás, os executores dos serviços ligados à emigração que, incitando ou mesmo acompanhando a evolução do fluxo migratório, não deixaram de aproveitar o momento para auferir lucros e crescer de forma substancial em terras portuguesas. O serviço militar obrigatório e a exigência de passaporte condicionavam a emigração, abrindo caminho para agentes e engajadores que,

³⁶ GONÇALVES, Paulo César. **Agenti, subagenti, engajadores e ganchos. O recrutamento de emigrantes na Europa mediterrânea.** In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MARTINS, Ismênia; MATOS, Maria Izilda Santos de; MENEZES, Lená Medeiros de; SARGES, Nazaré; SOUSA, Fernando de Sousa (orgs.) **PORTUGAL E AS MIGRAÇÕES DA EUROPA DO SUL PARA A AMÉRICA DO SUL.** PORTO: CEPES, 2014. P. 285.

colocando-se entre o potencial emigrante e a burocracia do Estado, se propunham ajudá-lo a cumprir ou contornar a lei. As companhias de navegação, por seu turno, encontraram reserva potencial de emigrantes para serem transportados nas rotas do Atlântico e de tudo fizeram para fomentá-la através da propaganda e da contratação de engajadores³⁷.

Se para Portugal a migração era uma via de mão dupla – ao mesmo tempo que os trabalhadores saíam do país a economia era alimentada pelo próprio fluxo de pessoas – no Brasil era uma questão de urgência a substituição do trabalho escravo. O *Jornal Caxiense*, de propriedade do senhor João da Silva Leite, em um artigo intitulado “O futuro do trabalho agrícola” defendia a necessidade da obtenção de trabalhadores livres e também a flexibilidade interna para acolher os imigrantes: “A nossa legislação não opõe obstáculo algum a imigração: todos os direitos civis, a liberdade de indústria, a liberdade de consciência, são outorgados ao estrangeiro com tanta generosidade quanto ao nacional (...)”³⁸.

Enaltecer o país e fazer com que todos os portugueses tivessem a certeza da garantia de direitos, era essencial para atrair trabalhadores, mesmo sabendo que teriam que realizar os trabalhos que antes eram dos escravizados. Em 1887, o governo brasileiro lança o “Guia do Imigrante” destacando todos os benefícios que essas pessoas teriam, desde a embarcação para o Brasil até a instalação nas terras destinadas ao trabalho. Dentre os direitos dos imigrantes estavam:

Recepção no porto do Rio de Janeiro [...] Alojamento, agasalho e alimentação na hospedaria da Ilha das Flores pelo tempo necessário até seguirem os imigrantes a seu destino [...] Transporte gratuito nas estradas de ferro ou nas linhas de navegação a vapor até o lugar mais próximo do destino escolhido pelos imigrantes [...] Concessão de um lote de terras apropriadas à cultura, devidamente medido e demarcado, com a área de 300.000 metros quadrados ou 30 hectares pelo preço máximo de 495\$000 réis (equivalente a 1.414 francos.) [...] O imigrante é possuidor do seu lote desde que nele é instalado, para o que recebe um título provisório, que é substituído pelo título definitivo, logo que ele efetua o pagamento da última prestação relativa ao mesmo lote.³⁹

O Maranhão foi um dos destinos dos imigrantes que acreditaram nas promessas do governo brasileiro, vieram em uma quantidade quase insignificante em relação ao restante do país. A maior parte fora contratada para trabalhar em regiões próximas ao litoral, como é o caso da Colônia Santa Theresa, fundada às margens do rio Bitiua, município de Cururupú, pelo empresário Antônio Correa de Mendonça Bittencoutt que assinou um contrato com o governo provincial em 1854. Foram contratados cento e quarenta colonos, de várias idades, homens e

³⁷ *ibid.*, p. 287

³⁸ LEITE, João da Silva. O futuro do trabalho agrícola. *JORNAL CAXIENSE*, Caxias, 13 de julho de 1851, P. 5.

³⁹ B, F. de; VASCONCELLOS, Accioli de. *GUIA DO IMIGRANTE PARA O IMPÉRIO DO BRAZIL*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1887. P. 3.

mulheres para cultivar a terra por meio do arado e da irrigação. Entre eles, especialistas em alguns ofícios específicos. O contrato com o governo proibia o empresário de utilizar mão de obra escrava⁴⁰.

Em 1856, o tom que Antônio Candido da Cruz Machado dava ao seu relatório era de uma sistematização, com argumentos claros e estratégicos para que a colonização gerassem resultados rápidos e satisfatórios. Os colonos não poderiam ter mais de quarenta anos, a não ser que fossem pais de família; a metade deles deveria ser de casados, com suas famílias. Que não fossem enganados com falsas promessas de riquezas por parte dos empresários, para evitar revoltas. E mais, que os colonos não fossem trazidos apenas para ocupar o lugar dos escravos, sem nenhum critério de integridade. Não poderiam ser criminosos ou desocupados, pois viriam para trabalhar e para povoar a província. Nesse sentido deveriam vir famílias “(...) que se tenham de reproduzir, de aumentar, e melhorar nossa população, aperfeiçoando mesmo as raças, e plantando os hábitos do trabalho, e a necessidade de civilizá-lo (...)”⁴¹.

Ainda que todas as estratégias do governo provincial fossem assertivas no discurso, na prática ficavam lacunas. Almeida, em “A ideologia da decadência” lança uma questão muito importante sobre a concepção do trabalho dos colonos:

Do ponto de vista dos grandes proprietários de terras e notadamente daqueles que se empenharam na reativação da lavoura canavieira os “colonos” são representados como “trabalhadores de campo” remunerados a “jornal”, todavia a incorporação destes “colonos” ao processo produtivo, numa situação de abundância de terras disponíveis, onde lhes é facultado possuir suas próprias condições de trabalho, não parece realizável naturalmente pelo trabalho assalariado. Vender a força de trabalho não parece constituir-se numa saída provável e única para os produtores numa situação em que é factível o acesso aos meios de produção, dado ao grande estoque de terras não ocupadas efetivamente. Instaura-se pois, um impasse: os “colonos” serão trabalhadores assalariados ou pequenos produtores autônomos?⁴²

A liberdade concedida aos colonos, apesar de estarem obrigados a cumprirem os contratos assinados, davam a possibilidade de desistirem do trabalho e voltarem para suas terras ou tentarem trabalho em outros lugares. Em 1856, dava-se notícia que os colonos de Santa Thereza haviam se rebelado diante das doenças que lhes acometiam e deixaram de trabalhar. O

⁴⁰ Relatório do Presidente da Província do Maranhão, o doutor Eduardo Olímpio Machado, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1855, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1856, e mais documentos. Maranhão [sic], Tip. Const. de I.J. Ferreira, 1855.

⁴¹ Relatório que á Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou na sessão ordinária de 1856 o exm. Presidente da Província, Antônio Candido da Cruz Machado. Maranhão, Tip. Constitucional de I.J. Ferreira, 1856. P. 52.

⁴² ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história de agricultura do maranhão. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008. P. 101.

empresário se viu obrigado a usar da força policial para força-los a voltarem ao trabalho e cumprirem o contrato: “(...) como consequência daquela insubordinação e efeito de seduções, alguns colonos, ainda hoje negam-se ao trabalho, vagam sem licença pelo município, em ociosidade, pedindo esmolas (...)”⁴³.

A falta de condições de trabalho é um dos principais fatores apontados por toda a historiografia da imigração como causa do fracasso das colônias agrícolas. No Maranhão não foi diferente. Além disso, entre os colonos que chegavam na província a disparidade dos sexos era enorme, chegando a oito homens para cada mulher⁴⁴.

Com o passar dos anos cada vez menos informações eram disponibilizadas sobre a situação das colônias. Em 1857, apenas a Colônia Santa Isabel aparece nos relatórios como próspera. Santa Thereza acabara após o empresário Antônio Corrêa de Mendonça Bittencourt ser deportado do império. Os açorianos que o empresário contratou resistiram ao trabalho que lhes era imposto e mal conseguiram produzir alimentos para subsistência. A insatisfação de muitos e o “(...) pouco interesse do empresário pelo bem estar deles (...)”⁴⁵ fizeram com que buscassem empregos em outros lugares nos arredores da colônia.

Os gastos totais até 1856 passavam os vinte e seis contos de réis, entre empréstimos aos empresários e adiantamentos aos colonos. Quarenta e sete contos de réis ainda restavam ser pagos, deixando o tesouro com um imenso prejuízo.

No canal do Arapahy, muitos colonos morreram ou foram acometidos por doenças. Depois dos fracassos com as primeiras colônias, o presidente Magalhães Taques não aconselhava que se continuasse promovendo a imigração na província⁴⁶. Em 1859, dá-se notícia da permanência da Colônia Santa Isabel, mas havia um rombo nas contas públicas pela inadimplência dos empresários que não devolveram os empréstimos que haviam recebido⁴⁷. A ideia da colonização era que se sustentasse a produção de alimentos para o abastecimento interno. No entanto, como as colônias não prosperaram e a maioria dos colonos não voltou para

⁴³ Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou na sessão ordinária de 1856 o exm. Presidente da província, Antônio Candido da Cruz Machado. Maranhão, Tip. Constitucional de I.J. Ferreira, 1856. P. 57.

⁴⁴ Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou na sessão ordinária de 1856 o exm. Presidente da província, Antônio Candido da Cruz Machado. Maranhão, Tip. Constitucional de I.J. Ferreira, 1856.

⁴⁵ Relatório do Presidente de Província Maranhão Cruz Machado. 24 de fevereiro de 1857. P. 18.

⁴⁶ Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou na sessão ordinária de 1857 o presidente da província, dr. Benvenuto Augusto de Magalhães Taques. Maranhão, Tip. da Temperança, 1857.

⁴⁷ Relatório do Presidente da província do Maranhão, o doutor João Lustosa da Cunha Paranaguá, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1859. Maranhão, na Tip. de J.M.C. de Frias, 1859.

Portugal, o número de pessoas crescia ao passo que a disponibilidade de comida diminuía na Província⁴⁸. O último relatório que consta alguma informação das colônias é o de Leitão da Cunha, em 1863 apontando que apenas a de Santa Isabel estava em funcionamento. Contava com noventa e dois habitantes, cinquenta e nove portugueses e trinta e três brasileiros.

⁴⁸ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial pelo excelentíssimo senhor presidente da província, major Francisco Primo de Sousa Aguiar, no dia 3 de julho de 1861, acompanhado do relatório com que foi transmitida a administração da mesma província. Maranhão, Tip. Constitucional de I.J. Ferreira, 1861.

4. A COLÔNIA PETRÓPOLIS

Em 1854, o governo provincial levava a público a criação da Colônia Petrópolis, após assinar o contrato com o empresário Francisco Marques Rodrigues. O local para a instalação era a vila de Codó, distante duzentos e noventa e oito quilômetros de São Luís e cento e um quilômetros de Caxias. Deveria receber duzentos colonos, com prazo para iniciar seu funcionamento no fim do ano de 1855⁴⁹. O empresário tinha como fiadores Joaquim Marques Rodrigues e José Coimbra de Sampaio que também assinaram o contrato com o governo provincial.

A ausência de informações claras sobre Francisco Marques Rodrigues desafia à construção de um quebra cabeça, possível apenas com o auxílio dos jornais que circulavam na província. A maioria dos jornais que noticiaram algum fato sobre ele foram redigidos em São Luís, mas também circulavam pelas vilas do interior, apesar de haver apenas uma minoria da população alfabetizada⁵⁰.

Em janeiro de 1864, o jornal O Paiz, editado na capital, exhibe em um anúncio pequeno os membros da Companhia Confiança Maranhense, entre eles Francisco M. Rodrigues⁵¹. A empresa tinha como presidente da sua diretoria Joaquim Marques Rodrigues e fora responsável por construir obras públicas em São Luís⁵². A família Marques Rodrigues era de empreendedores. Em 1839, o Crônica Maranhense anunciava: “Do Porto, barca portuguesa Castro Segundo, mestre João de Souza Cirnes, 26 pessoas de tripulação, com 26 dias de viagem, consignada a Francisco Marques Rodrigues e Irmão, trouxe mala, vários gêneros do país, e 54 passageiros”⁵³. E em outra edição daquele ano dava-se notícia de um navio com carga de açúcar, aguardente e vinte escravos consignado aos mesmos.

Os negócios da família foram os mais variados. Francisco Marques Rodrigues era membro da comissão fiscal do banco do Maranhão⁵⁴, fundado por Joaquim Marques

⁴⁹ Relatório do presidente da província do Maranhão, o doutor Eduardo Olímpio Machado, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1854, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1855. Maranhão, Tip. Constitucional de I.J. Ferreira, 1854.

⁵⁰ Alguns trabalhos foram realizados nos últimos anos tendo como objetivo compreender a produção jornalística no Maranhão, do século XIX ao XX. Destacamos PINHEIRO, Roseane Arcanjo. **Gênese da imprensa no Maranhão nos séculos XIX e XX**. São Paulo, 2007; GADINI, Sérgio Luiz; REIS, Thais Assunção. Breve panorama da cultura nos jornais maranhenses do século XIX. **Fragmentos de Cultura**. Goiânia, v. 27, n. 1, p. 148-155, jan./mar. 2017.

⁵¹ O PAÍZ, São Luís, n° 10, 23 de janeiro de 1864.

⁵² O SÉCULO, São Luís, n° 44, 29 de outubro de 1859.

⁵³ CRONICA MARANHENSE, São Luís, n° 1, 1839.

⁵⁴ DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, n° 1, 1858.

Rodrigues⁵⁵ em 1857 (nome de seu pai e também de um de seus irmãos), tendo seu filho Antônio Marques Rodrigues como secretário. Este último também foi um dos criadores dos jornais *Diário Maranhense* e *A conciliação*, juntamente Antônio Rego, editados na capital.

Francisco Marques Rodrigues era natural de Portugal e fora casado com dona Josepha Baptista, que morreu antes de 1830⁵⁶. Vivera entre São Luís, Caxias e Codó onde possuía escravos, mesmo um de seus três filhos ser declaradamente abolicionista⁵⁷. No obituário do jornal *O século*, em 1859, encontra-se o nome de um de seus escravos que morrera aos 80 anos⁵⁸. No jornal *A Situação*, o obituário de 9 de março de 1865 informava a morte de outro escravo seu, de varíola⁵⁹. Em 1857 o empresário acompanhava a tendência de enviar os escravizados para fora da província, como anunciou o *Diário do Maranhão*: “Rodrigo Marques dos Santos, remete para fora da província os escravos crioulos, de nomes: Nicolao, comprado a D. Maria Raimunda de Oliveira, (de Caxias); Vicente, a Francisco Marques Rodrigues, (do Codó) [...]”⁶⁰.

O empresário já antes de 1855 era dono de terras na vila de Codó. O local escolhido para a instalação da Colônia Petrópolis foi comprado somente para esse fim e possuía mil e oitocentas braças de frente e uma légua de fundo, com casas e uma capela. O terreno era próximo ao povoamento, pois precisava que a lavoura fosse criada junto aos mercados, onde poderia vender e comprar produtos⁶¹.

Em resumo, as condições do contrato, em anexo ao relatório do Presidente de Província Eduardo Olímpio, foram: o empresário deveria trazer de qualquer parte do continente europeu ou da ilha de Açores duzentas pessoas livres de toda idade e sexo para a trabalharem na colônia. Esses duzentos colonos deveriam ser introduzidos até o ano de 1855 e todos se disponibilizariam a trabalhar para o governo, podendo ser chamados para isso a qualquer momento, exceto os primeiro a chegarem, sendo o empresário reembolsado por isso e podendo colocar de volta outros no lugar dos que forem embora. O governo da província daria ao empresário 70 mil réis por colono de qualquer idade e sexo a serem devolvidos em quatro pagamentos iguais anuais, três anos após a data do empréstimo. O empresário deveria escolher

⁵⁵ MARQUES, Cezar Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Maranhão. 1870.

⁵⁶ DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, n° 699, 1° de dezembro de 1875

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ O SÉCULO. São Luís, n° 76, 1859.

⁵⁹ A SITUAÇÃO, São Luís, n° 88, 9 de março de 1865

⁶⁰ DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, n° 75, 1° de junho de 1857.

⁶¹ Relatório do Presidente da Província do Maranhão, o doutor Eduardo Olímpio Machado, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1855, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1856, e mais documentos. Maranhão [sic], Tip. Const. de I.J. Ferreira, 1855.

um sacerdote para acompanhar os primeiros colonos, celebrando o ofício divino e ensinando “primeiras letras” às crianças e para isso o governo da província pagaria 450 mil réis anuais; fazer a aquisição de pessoas que soubessem diferentes ofícios, além da agricultura; escolher, demarcar e dividir a terra que seria utilizada para a instalação da colônia em lotes de 2500 braças quadradas, para serem distribuídos entre os colonos para “lavar e cultivar”⁶².

Em 15 de novembro de 1854, chegaram os primeiros cento e sessenta e cinco colonos vindos do Porto e em dezembro mais cento e quinze. Dos duzentos e oitenta, cento e doze foram cedidos para a companhia Prosperidade, responsável por criar e administrar a Colônia Piricaú que empregara colonos portugueses para lavoura e mineração no município de Turiaçu. Outros setenta e sete colonos foram empregados por “diversos particulares” restando para Francisco M. Rodrigues apenas noventa e um pessoas, cinquenta e cinco homens, treze menores e quarenta e dois adultos; trinta e seis mulheres, treze menores e vinte e três adultas, “(...) havendo 3 destes se evadido na viagem pelo rio Itapecuru, 88 chegaram ao seu destino, e deste número abatendo-se 12 que faleceram, e 9 que desfizeram depois seus engajamentos, apenas existem atualmente na colônia 67 indivíduos de ambos os sexos (...)”⁶³.

A predominância dos homens e o número elevado de menores de idade migrando de Portugal era comum em todo o país⁶⁴. As mulheres que se aventuravam “(...) eram quase sempre mulheres pobres com pouca ou nenhuma instrução e que entraram no Brasil sem passaporte (...)”⁶⁵. Tendo a intenção de ocupar os colonos apenas na lavoura, os critérios de escolha dos mesmos não levavam em conta mais que o conhecimento em ofícios básicos e a força de trabalho. Segundo Silva (2012), as condições de engajamento, transporte e instalação de portugueses que se aventuravam pelo Brasil quase sempre os condicionava a situações de difícil reversão:

(...) Desde logo, os emigrantes, movidos pela esperança de um futuro melhor, empenhavam tudo o que tinham para conseguir partir e, à conta do contrato, eram obrigados a descontar, do futuro salário, o pagamento da passagem, acabando por ficar sujeitos a situações abusivas. Não sabendo contar e desconhecendo a moeda, eram facilmente ludibriados. Por isso, o analfabetismo tornava-os presas muito fáceis para os engajadores e

⁶² Relatório do presidente da província do Maranhão, o doutor Eduardo Olímpio Machado, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1854, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1855. Maranhão, Tip. Constitucional de I.J. Ferreira, 1854.

⁶³ Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou na sessão ordinária de 1856 o exm. Presidente da província, Antônio Candido da Cruz Machado. Maranhão, Tip. Constitucional de I.J. Ferreira, 1856. P. 58.

⁶⁴ BARBOSA, Rosana. Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil. **ARQUIPÉLAGO. História**. vol. 7. 2003: 173-196.

⁶⁵ *Ibid.*, P. 183.

empregadores estrangeiros, dos quais se tornavam totalmente dependentes (...) ⁶⁶.

Ainda assim, os estrangeiros eram enaltecidos no discurso oficial do governo maranhense, não só em suas capacidades de trabalho como também seus modos de vida, que seriam os mais convenientes para adentrarem em território brasileiro diante da iminente substituição do trabalho escravo. Não se tornara apenas uma questão econômica, como também de transformação direta na dinâmica social ⁶⁷.

As condições de engajamento idealizadas pelo governo provincial revelam as estratégias para persuadir os trabalhadores a permanecerem nas colônias. No caso de Petrópolis, todas as despesas de traslado dos colonos, desde seu lugar de origem até a instalação na colônia, bem como a construção das casas e os utensílios para a lavoura ficavam sob responsabilidade de Francisco Marques Rodrigues. Além disso o empresário deveria suprir todas as necessidades dos trabalhadores até a primeira colheita, inclusive medicamentos em casos de doenças. No primeiro ano, sementes e porcos, além de animais domésticos deveriam ser providenciados gratuitamente. Os colonos pagariam essas despesas com seu trabalho, dando uma quarta parte do que produzissem ao arrendatário até quitarem a dívida.

Estava garantido a cada colono 2500 braças de terras férteis para trabalharem, podendo aumentar se fosse preciso. O objetivo era cultivarem café, algodão, arroz, mandioca e fumo. A segurança da colônia também era de responsabilidade do empresário contratante, que poderia estabelecer uma forma de ser pago por esse serviço.

As condições de engajamento permitiam aos colonos cultivar a terra sozinhos ou com trabalhadores assalariados, mas eram proibidos de possuírem escravos. O colono que não quisesse permanecer na colônia sobre essas condições deveria reembolsar todas as despesas gastas com ele, além de pagar uma indenização de 10 mil réis a Francisco Marques Rodrigues ⁶⁸.

O padre João Gaspar foi chamado para acompanhar os colonos de Petrópolis a fim de manterem suas práticas católicas e também ensinar as crianças a lerem e escreverem ⁶⁹. A

⁶⁶ SILVA, Susana Serpa. A emigração açoriana para o Brasil, por meados do século XIX, e a questão da “escravatura branca”. **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 56, n. 1, ago. 2012. P. 45.

⁶⁷ MAGALHÃES, Marcelo Vieira. **Imigração e colonização no Maranhão na segunda metade do século XIX: o caso dos portugueses**. In: Encontro Estadual de História - ANPUH-RS. 12., 2014, Porto Alegre, Anais... Porto Alegre. ISSN 2179-6475.

⁶⁸ Relatório do presidente da província do Maranhão, o doutor Eduardo Olímpio Machado, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1854, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1855. Maranhão, Tip. Constitucional de I.J. Ferreira, 1854.

⁶⁹ DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, n° 91, 1856.

educação em grande parte das províncias no fim do século XIX ainda era muito falha, mal organizada e com alguns poucos professores⁷⁰, no entanto era uma preocupação pertinente para o projeto colonizador e também uma condição que atraía ainda mais os colonos europeus.

Em 1855, a vila de Codó era apenas mais um povoamento despreparado para manter a saúde dos habitantes, sofrendo de um mal que se alastrou pela Europa e parte do continente americano, como afirma Almeida:

(...) O século XIX foi o século das grandes pandemias. Para além das habituais epidemias de peste negra, febre-amarela e varíola, esse século viu surgir pela primeira vez na Europa, e depois espalhadas pelo mundo inteiro, as agressivas e devastadoras epidemias de cólera (...)⁷¹

Os colonos contratados no Porto, cidade que passava por “(...) crises sanitárias graves (...) onde percentagens elevadas da população foram vítimas fatais de cólera-morbo, peste bubónica, tifo exantemático e gripe pneumónica (...)”⁷² provavelmente fugiam da cólera, mas não conseguiram evita-la ao chegarem em Codó. Doze morreram.

O jornal O Estandarte divulgou uma correspondência datada de 13 de janeiro de 1856 e assinada pelo anônimo “codoense” afirmando que em meio a calamidade, a maior parte dos gêneros alimentícios à venda tiveram seus preços elevados, piorando ainda mais a situação da população de Codó. O autor do comunicado agradece a duas pessoas que ofereceram ajuda à população, o médico João Maria Monteiro que se propôs tratar as pessoas gratuitamente e Francisco Marques Rodrigues que passou a vender carne e farinha mais baratas⁷³.

Um mês depois O Estandarte publicou outra correspondência assinada por “o codoense apreciador do mérito” afirmando que, ao contrário do que havia relatado “o codoense”, naquele ano, o empresário Francisco Marques Rodrigues só baixara o preço da carne porque haviam chegado os colonos que ele contratou. Ainda afirmava que a farinha vendida pelo empresário era de péssima qualidade, sendo toda a sua caridade apenas interesse próprio⁷⁴.

A resposta às acusações foram publicadas no jornal Diário do Maranhão, defendendo Francisco Marques Rodrigues e também expondo relatos de todos os envolvidos na denúncia feita pelo “codoense apreciador do mérito”. Os empresários, um a um, escreveram pequenas

⁷⁰ SAVIANE, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do século XIX**. São Paulo: Autores Associados, 2006.

⁷¹ ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014, P. 691.

⁷² Ibid., P. 688.

⁷³ O ESTANDARTE. Folha política e industrial. n° 3, 11 de fevereiro de 1856.

⁷⁴ O ESTANDARTE. Folha política e industrial. 20 de abril de 1856.

respostas afirmando a integridade de Francisco M. Rodrigues e garantindo que suas mercadorias eram de boa qualidade e foram vendidas a preços justos.

Os infortúnios não permitiram a prosperidade de Petrópolis. Em 1856, o Diário do Maranhão emitiu uma pequena nota sobre o empresário Bittencourt, fazendo um paralelo entre a colônia administrada por ele e a que fora instalada em Codó: “(...) Bittencourt veio para o Brasil como piloto de navio (...) hoje tem uma fortuna de mais de 200 escravos (...) e é também empresário da colônia agrícola de Santa Thereza, a pior depois da de Francisco Marques Rodrigues (...)”⁷⁵.

O governo provincial rescindiu o contrato celebrado com o empresário Francisco Marques Rodrigues por este descumprir algumas das condições essenciais, sendo obrigado também a devolver os valores recebidos. Em 22 de setembro de 1856, o Palácio da Presidência da Província mandou publicar a seguinte resolução:

O presidente da província, atendendo que o cidadão Francisco Marques Rodrigues se comprometeu, por contrato celebrado a 8 de abril de 1854, a mandar vir do continente europeu ou Ilha dos Açores pessoas livres para o estabelecimento de colônias agrícolas nesta província, e por todo o ano de 1855 fundar a primeira, com a denominação de – Petrópolis – que constaria pelo menos de 200 colonos, e considerando que tendo-se decorrido mais de oito meses depois, ainda a colônia de Petrópolis está muito longe de ter a metade daquele número, entretanto que o empresário recebeu do tesouro público provincial o empréstimo de onze contos quinhentos e cinquenta e cinco mil réis, correspondente a cento e sessenta e cinco colonos, bem como tem recebido a anuidade de quatrocentos e cinquenta mil réis para um sacerdote; resolve declarar rescindido o dito contrato, e que as quantias recebidas do tesouro público provincial pelo empresário sejam restituídas por ele ou seus fiadores no prazo de oito dias, contados da intimação feita pela repartição competente, e que deverá ter lugar imediatamente a recepção desta (...)

O artigo 3º do contrato que obrigava Francisco Marques Rodrigues a trazer duzentos colonos no ano de 1855 fora cumprido, no entanto, para o governo provincial, o 5º que o obrigava a substituir os colonos que desfizessem o engajamento, não fora. A decisão do governo causou indignação no empresário. Um extenso artigo tecendo dura crítica ao governo maranhense foi publicado no jornal Diário do Maranhão no ano seguinte com a intenção de desmentir o governo que afirmava o descumprimento do contrato por parte do empresário Francisco Marques Rodrigues e identificar as lacunas e desventuras que levaram ao mal entendido:

⁷⁵ Diário do Maranhão. São Luís, nº 270, 1856.

[...] em verdade sendo permitido ao colono desfazer o engajamento, quando quisesse, ou quando para isso lhe ministrassem os meios pecuniários os que necessitassem de seus serviços, o que tem frequentemente lugar onde a procura de braços é tamanha, por mais que o empresário [Francisco Marques Rodrigues] se esforçasse, para, conforme disposto no artigo 5º, substituir o que desfizesse o engajamento, em ordem a ter os 200 colonos em Petrópolis dentro do prazo fatal, difícilimo era, para não dizer quase impossível consegui-lo, a não ser que mandasse vir logo no primeiro ano tantos colonos, que excedessem à procura, o que não havia a menor probabilidade de realizar-se atentas as dificuldades [...]⁷⁶

O artigo segue corroborando os relatórios de Presidente de Província, afirmando que os colonos foram introduzidos para trabalharem em Petrópolis, porém alguns desfizeram seu engajamento e outros foram levados para outra colônia, o que diminuiu em menos da metade o número deles. Aliado a isso, ainda havia a cólera:

[...] Dos que foram para Petrópolis, pereceram dentro em pouco tempo nada menos de 20, vítimas da epidemia, que entrou a grassar no interior da província, logo desde janeiro de 1856, e de que infelizmente foi principal teatro o distrito do Codó [...]. A vista desse fato prejudicial e incontestável, mandar vir mais colonos para Petrópolis no ano de 1856, em cujo decurso reinaram essas febres de mau caráter, que tanta mortalidade ocasionaram [...] fora o mesmo que conduzir essa pobre gente ao matadouro [...]. Foi este sem dúvida um caso de força maior, que obstinou a execução da condição 3º [manter os 200 colonos em 1855 em Petrópolis] [...] caso, a que o governo, seja por princípio de humanidade, seja como primeiro interessado no bom êxito da colonização, era ainda mais, que o empresário, obrigado a atender, para espaçar, como convinha, o prazo fatal do contrato [...]⁷⁷.

A ótica pela qual o problema fora visto era, agora, de baixo para cima. Encerrando o artigo assinado por “o observador”, ficaram acusações de que o governo provincial fora injusto ao rescindir o contrato com Francisco Marques Rodrigues tendo em conta a suspensão das prestações que garantiriam a vinda de outros colonos para substituírem os que haviam se desligado de Petrópolis.

Mesmo com as disposições em contrário, a ruína da colônia foi iminente. Na atual cidade de Codó as únicas informações encontradas de Petrópolis estão no arquivo da paróquia da Igreja Santa Rita e Santa Filomena, construída ainda no século XIX, e está quase completamente destruído pela ação do tempo. Um dos registros mais antigos é o de casamentos, criado pelo padre José Caetano Vaz Sanches, encarregado da “freguesia da Santa Rita da Vinha do Codó, desde o ano de 1861 a 1868”. Nele aparecem três casais de colonos portugueses. O primeiro casou-se dia 13 de janeiro de 1864 com mais dois casais codoenses, eram Manuel Antônio Coelho e Maria da Cunha. O segundo no dia 03 de janeiro de 1865, Joaquim da Silva e Maria,

⁷⁶ DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, nº79, 5 de junho de 1857

⁷⁷ Idem.

de sobrenome ilegível. O terceiro casal contraiu matrimônio em 24 de julho de 1865, Joaquim de Souza e Maria de sobrenome ilegível.

Em 1859, Cunha Paranaguá afirmava que o empresário Francisco Marques Rodrigues, após ter que indenizar o governo pelo descumprimento do contrato que havia assinado, distribuiu as terras da Colônia Petrópolis entre as famílias que restavam⁷⁸. Em 1862, o relatório de Mello⁷⁹ constava que haviam sessenta indivíduos, vinte e nove homens e trinta e uma mulheres e que trabalhavam apenas para subsistência. De 1863 em diante não se tem notícias da Colônia Petrópolis, nem em relatórios oficiais nem em jornais.

⁷⁸ Relatório do Presidente da província do Maranhão, o doutor João Lustosa da Cunha Paranaguá, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1859. Maranhão, na Tip. de J.M.C. de Frias, 1859.

⁷⁹ Relatório que á Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou o presidente da província, conselheiro Antônio Manoel de Campos Mello, por ocasião da instalação da mesma Assembleia no dia 27 de outubro de 1862. San' Luiz, Tip. de B. de Mattos, 1862.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos propostos para esse trabalho foram alcançados. Pudemos perceber como a historiografia se dedicou, nas suas mais variadas análises, a identificar os contextos e as conjunturas que geraram um movimento migratório de Portugal para o Brasil e todas as suas implicações para os dois países, permitindo-nos, assim, abarcar de forma mais ampla esse processo, com um olhar atento aos viajantes do século XIX.

Analizamos também o desenvolvimento da política imigratória na Província do Maranhão e pudemos constatar como foram fracassadas suas experiências de reconstrução da economia interna, através da obtenção de mão de obra assalariada para substituição da mão de obra escrava. A má organização e precariedade no controle das colônias agrícolas instaladas geraram, basicamente, prejuízos.

Dentro desse contexto, construímos uma narrativa revelando a Colônia Petrópolis, instalada em Codó. Muitas foram as dificuldades encontradas. Utilizamos fontes primárias como os Relatórios de Presidente de Província e também lançamos mão de periódicos que deram uma visão mais ampla para todo o processo que precisávamos compreender: mudanças e permanências nas estruturas sociais do Maranhão no século XIX.

A localização exata de Petrópolis está, por enquanto, no campo especulatório, bem como quais colonos morreram, se alguém conseguiu voltar para sua terra natal ou quem permaneceu na vila de Codó. No entanto, ainda há muita pesquisa a ser realizada e fontes a serem investigadas.

A colônia agrícola sobreviveu por quase uma década e o que aparentemente foi um calote de Francisco Marques Rodrigues não passou de uma desventura. Esses portugueses, vindos do Porto provavelmente eram homens e mulheres analfabetos que não poderiam se encaixar em outra condição social a não ser substituindo o trabalho escravo na lavoura. A morte de alguns deles corrobora grande parte dos estudos sobre imigração que colocaram as doenças como principal fator de desmantelamento do processo imigratório dentro do Brasil.

Esperamos contribuir para a construção da história da cidade de Codó ressaltando uma parte dela que ficou relegada ao esquecimento. Pouco se escreveu sobre essa cidade e dezenas de arquivos estão disponíveis para serem analisados na paróquia de Santa Rita e Filomena. A Colônia Petrópolis, objeto de nosso estudo é fruto de uma pesquisa que cresceu a partir de um fragmento e após todos os fatos perscrutados, afirmamos, sem dúvida alguma, que essa colônia

coloca Codó entre um dos povoaamentos mais importantes da Província do Maranhão no fim do século XIX.

FONTES

A SITUAÇÃO, São Luís, nº 88, 9 de março de 1865

B, F. de; VASCONCELLOS, Accioli de. **GUIA DO IMIGRANTE PARA O IMPÉRIO DO BRAZIL**. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1887. P. 3.

CRONICA MARANHENSE, São Luís, nº 1, 1839.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, nº 1, 1858.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, nº 699, 1º de dezembro de 1875

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, nº 75, 1º de junho de 1857.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, nº 91, 1856.

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, nº 79, 5 de junho de 1857

Diário do Maranhão. São Luís, nº 270, 1856.

Fala dirigida pelo Exmo. presidente da província do Maranhão, o dr. Eduardo Olímpio Machado, á Assembleia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 7 de setembro de 1851. Maranhão, impresso na Tip. Constitucional de I.J. Ferreira, 1851.

LEITE, João da Silva. O futuro do trabalho agrícola. **JORNAL CAXIENSE**, Caxias, 13 de julho de 1851, P. 5.

MARQUES, Cezar Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Maranhão. 1870.

MATTOS, B. de. A estrada de Caxias a Teresina. **A IMPRENSA**. São Luis, MA. 24 abril de 1858. Ed: 33. P. 1.

O ESTANDARTE. Folha política e industrial. 20 de abril de 1856.

O ESTANDARTE. Folha política e industrial. nº 3, 11 de fevereiro de 1856.

O PAÍZ, São Luís, nº 10, 23 de janeiro de 1864.

O SÉCULO, São Luís, nº 44, 29 de outubro de 1859.

O SÉCULO. São Luís, nº 76, 1859.

PUBLICADOR MARANHENSE. Folha oficial, política, literária e comercial. São Luis. Edição 103. 1850. P. 3

Relatório à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão pelo Exmo. senhor presidente da província, Joaquim Franco de Sá, na sessão aberta em 3 de maio de 1847. Maranhão, Tip. Maranhense, 1847.

Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial pelo excelentíssimo senhor presidente da província, major Francisco Primo de Sousa Aguiar, no dia 3 de julho de 1861, acompanhado do relatório com que foi transmitida a administração da mesma província. Maranhão, Tip. Constitucional de I.J. Ferreira, 1861.

Relatório do presidente da província do Maranhão, o doutor Eduardo Olímpio Machado, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1 de novembro de 1853, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1854. Maranhão, Tip. Constitucional de I.J. Ferreira, 1853.

Relatório do presidente da província do Maranhão, o doutor Eduardo Olímpio Machado, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1854, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1855. Maranhão, Tip. Constitucional de I.J. Ferreira, 1854.

Relatório do Presidente da Província do Maranhão, o doutor Eduardo Olímpio Machado, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1855, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1856, e mais documentos. Maranhão [sic], Tip. Const. de I.J. Ferreira, 1855.

Relatório do Presidente da província do Maranhão, o doutor João Lustosa da Cunha Paranaguá, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1859. Maranhão, na Tip. de J.M.C. de Frias, 1859.

Relatório do Presidente da Província Dr. Eduardo Olímpio Machado. Folha de rosto manuscrita publicado como anexo da fala de 28 de julho de 1852.

Relatório do Presidente de Província Maranhão Cruz Machado. 24 de fevereiro de 1857.

Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou na sessão ordinária de 1856 o exm. Presidente da Província, Antônio Candido da Cruz Machado. Maranhão, Tip. Constitucional de I.J. Ferreira, 1856.

Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou o presidente da província, conselheiro Antônio Manoel de Campos Mello, por ocasião da instalação da mesma Assembleia no dia 27 de outubro de 1862. San' Luiz, Tip. de B. de Mattos, 1862.

Relatório que à Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão apresentou na sessão ordinária de 1857 o presidente da província, dr. Benvenuto Augusto de Magalhães Taques. Maranhão, Tip. da Temperança, 1857.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do maranhão.** Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008. P. 101.
- ALMEIDA, Maria Antónia Pires de. As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014, P. 691.
- ASSUNÇÃO, Mathias Rorhing. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. São Paulo, pp. 32-71, 2000.
- BARBOSA, Rosana. Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil. "ARQUIPÉLAGO. História". ISSN 0871-7664. 2ª série, vol. 7 (2003): 173-196. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.3/387> Acessado em: 20 de janeiro de 2018.
- BOSCHILIA, Roseli. À PROCURA DE UM NOVO DESTINO: IMIGRANTES PORTUGUESES NO PARANÁ DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX. **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 56, n. 1, ago. 2012. ISSN 2447-8261. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/historia/article/view/28641>>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- GADINI, Sérgio Luiz; REIS, Thais Assunção. Breve panorama da cultura nos jornais maranhenses do século XIX. **Fragmentos de Cultura**. Goiânia, v. 27, n. 1, p. 148-155, jan./mar. 2017.
- GALVES, Marcelo Cherche. Entre os lustros e a lei: portugueses residentes na cidade de São Luís na época da independência do Brasil. Rio de Janeiro: XXII Encontro Regional de História-ANPUH, 2006.
- GONÇALVES, Paulo César. **Agenti, subagenti, engajadores e ganchos. O recrutamento de emigrantes na Europa mediterrânea.** In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MARTINS, Ismênia; MATOS, Maria Izilda Santos de; MENEZES, Lená Medeiros de; SARGES, Nazaré; SOUSA, Fernando de Sousa (orgs.) **PORTUGAL E AS MIGRAÇÕES DA EUROPA DO SUL PARA A AMÉRICA DO SUL.** PORTO: CEPES, 2014. P. 285.
- GONÇALVES, Paulo César. **Mercadores de braços. Riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o novo mundo.** 2008. Tese (doutorado em história) –

Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. P. 138.

GUERRERO, Natália. **Em terra vestida. Contradições de um processo de territorialização camponesa na Resex Quilombo do Frechal**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia humana). Universidade de São Paulo. São Paulo.

LEITE, José Guilherme Reis. **Os regressados do Brasil como factor de mudança social nos Açores na 2ª metade do séc. XIX**. ARQUIPÉLAGO/HISTÓRIA, 2ª série, IX (2005). P. 399-408.

MAGALHÃES, Marcelo Vieira. **Imigração e colonização no Maranhão na segunda metade do século XIX: o caso dos portugueses**. In: Encontro estadual de História (ANPUH), 12, 2014, São Leopoldo, Anais... São Leopoldo: UNISINOS, 2014. p. 1-15

MAGALHÃES, Marcelo Vieira. **Imigração e colonização no Maranhão na segunda metade do século XIX: o caso dos portugueses**. In: Encontro Estadual de História - ANPUH-RS. 12., 2014, Porto Alegre, Anais... Porto Alegre. ISSN 2179-6475

MAGALHÃES, Marcelo Vieira. **Portugueses no Maranhão (1822-1889): ensaio sobre a imigração**. In: Simpósio Nacional de História (ANPUH), 27, 2013, Natal, Anais... Natal: UFRN, 2013.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Além mar: entre o lar e o balcão**. Portugueses em São Paulo. Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade, [S.l.], n. 2, maio 2012. ISSN 2176-4174. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/9517/7066>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2018.

MATOZZI, Martina. **Portugueses de Torna-Viagem. A Representação da Emigração na Literatura Portuguesa**. 2016. Tese (doutorado em Patrimónios de Influência Portuguesa) Instituto de Investigação Interdisciplinar, Universidade de Coimbra, Coimbra.

MENEZES, Leila Medeiros de. **O imigrante Português: representações na literatura brasileira**. In: XXVI Simpósio Nacional de História (ANPUH), 1., 2011, São Paulo. Anais..., São Paulo: USP, 2011.

PETRI, Kátia Cristina. “Braços para a lavoura”: a subvenção paulista para imigração (1886-1896). Cordis: **Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, [S.l.], n. 3-4, maio 2012. ISSN 2176-4174. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/9549>>. Acesso em: 18 janeiro de 2018.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. **Gênese da imprensa no Maranhão nos séculos XIX e XX**. São Paulo, 2007.

RILEY, Carlos Guilherme. **A emigração açoriana para o Brasil no século XIX: braçais e intelectuais.** ARQUIPÉLAGO/HISTÓRIA, 2ª série, VII (2003).

RODRIGUES, Bruno. Os efetivos migratórios registados pelo governo civil do Porto para o Brasil (1852-1854). In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de Matos; SOUSA, Fernando de Sousa (orgs.) **DE COLONOS A IMIGRANTES: I(E)Migração portuguesa para o Brasil.** São Paulo: Alameda, 2013 602 p.

SAVIANE, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa. **O legado educacional do século XIX.** São Paulo: Autores Associados, 2006.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. **A imigração portuguesa para o Brasil a partir de uma perspectiva microanalítica.** História Unisinos. v. 11, n. 1 (2007) Janeiro/Abril.

SILVA, Susana Serpa. A EMIGRAÇÃO AÇORIANA PARA O BRASIL, POR MEADOS DO SÉCULO XIX, E A QUESTÃO DA “ESCRAVATURA BRANCA”. **História: Questões & Debates**, [S.l.], v. 56, n. 1, ago. 2012. ISSN 2447-8261. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/historia/article/view/28638/18825>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

SILVA, Susana Serpa. **A emigração para o Brasil vista por intelectuais e literatos portugueses (séculos XIX-XX)** In: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MENESES, Lená Medeiros de; MATOS, Izilda; ARRUDA, Jobson; SARGES, Nazaré; FERLINI, Vera. Portugal e as Migrações da Europa do Sul para a América do Sul. Porto: CEPESE, 2014.

SILVA, Susana Serpa. **Em torno da emigração açoriana para o Brasil: diferentes leituras e problemáticas.** In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lucia Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de Matos; SOUSA, Fernando de Sousa (orgs.) **DE COLONOS A IMIGRANTES: I(E)Migração portuguesa para o Brasil.** São Paulo: Alameda, 2013 602 p.